

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas: Um contributo
para o Desenvolvimento Sustentável.**

Romáita Samuel Jackson Gujamo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento Sustentável

Orientador:

Doutor Vasco Barroso Gonçalves, Professor auxiliar,
ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

“Já não nos preocupamos só com o planeta que deixamos aos nossos filhos, mas também com os filhos que entregaremos a esse planeta.”

(Rodrigues e Manuela, 2012:10)

A minha formação só foi possível, graças ao apoio
incansável do meu esposo Rufino Gujamo e do meu filho
Kenneth Gujamo.

“A tua palavra é lâmpada que ilumina os meus passos e luz
que clareia o meu caminho.”

Salmos 119:105

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, agradeço ao Instituto Camões, que me concedeu a bolsa de estudos como forma de contribuir para o meu desenvolvimento intelectual e, acima de tudo, para o desenvolvimento da instituição de que faço parte em Moçambique.

Em especial agradeço ao meu esposo Rufino Gujamo pelo incentivo a minha formação, e pela sua infinita paciência.

Agradeço ao Professor Doutor Vasco Barroso Gonçalves, pelo apoio e orientação incansável para a realização do trabalho.

Não posso deixar de agradecer a Deus, pela saúde e inspiração que me concedeu para a realização da trabalho e porque sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida.

É impossível enumerar todas as pessoas que contribuíram de forma directa e indirecta para a realização da dissertação. Finalmente agradeço aos meus pais Samuel Jackson e Isabel Velemo Cambaco, sogros, irmãos, cunhados e amiga e colega Cristina de Oliveira pelo seu apoio.

RESUMO

Nos últimos anos a responsabilidade social tem vindo a conquistar um espaço assinalável no contexto da atuação das empresas públicas e privadas e, em Portugal, multiplicam-se as empresas que integram as ações de responsabilidade social em vários domínios, dentro do quadro das suas actividades. Tendo como casos de estudo cinco empresas portuguesas, nomeadamente, a Galp Energia, os CTT-Express, a Sonae Sierra, o Grupo Portucel-Soporcel e a REN, o presente trabalho procura analisar e compreender em que medida as ações de responsabilidade social, contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde estas organizações empresariais atuam, particularmente, na mitigação dos problemas ambientais, em Portugal. O trabalho permite concluir que a responsabilidade social tem sido importante para a mudança de comportamento das empresas e para o seu engajamento na promoção não só da sua sustentabilidade empresarial mas também da protecção do ambiente, com o envolvimento das partes interessadas.

Palavras – chave: Responsabilidade social e ambiental das empresas, desenvolvimento sustentável, partes interessadas.

ABSTRACT

In recent years, social responsibility has gained a remarkable space in the context of the performance of public and private companies. Portugal has been witnessing the increasing of the companies that integrate social responsibility in various fields within the framework of its activities. Taking as a case study five Portuguese companies, in particular, Galp Energia, CTT-Express, Sonae Sierra, Portucel-Soporcel Group and REN, this work seeks to analyze and understand the extent to which social responsibility, contributes to the sustainable development within the communities where these business organizations operate, particularly in mitigating the environmental problems in Portugal. The work shows that social responsibility has been an important for the behaviour alchange of enterprises and for their commitment to the promotion not only of their corporate sustainability but also of the protection of the environment, with the involvement of all stakeholders.

Key - words: Social and environmental responsibility of businesses, sustainable development stakeholders.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
ÍNDICE DE QUADROS	XV
ÍNDICE DE TABELAS.....	XVI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XVII
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XVIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	3
DESDENOVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITO, ESTRATÉGIA E ATORES	3
1.1 Antecedentes e Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	4
1.2 Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável.....	6
1.3 Estratégia Portuguesa para o Desenvolvimento Sustentável.....	8
1.4 Atores de Desenvolvimento Sustentável.....	10
CAPITULO II - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DAS EM PRESAS: CONCEITO, MOTIVAÇÕES E ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	13
2.1. A Evolução do Conceito de Responsabilidade Social das Empresas.....	14
2.2. Motivos que Levam as Empresas a Assumir a Responsabilidade Social.....	17
2.3. A Empresa que Atua de Forma Responsável.....	19
2.4. Obstáculos à Implementação de Práticas de Responsabilidade Social nas Pequenas e médias empresas.....	29
CAPITULO III A RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DAS EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	31
3.1. A Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas e o Desenvolvimento Sustentável.	32
3.2. O Papel do Estado na Responsabilidade Social das Empresas Erro! Marcador não definido.	
3.3 Alianças e Parcerias na Responsabilidade Social e Ambiental.....	39
3.4. Fatores Determinantes de Boas Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental das empresas.....	42
CAPÍTULO IV- ESTUDOS DE CASO	46
4.1 Galp Energia	47
4.1.1 Descrição da empresa.....	47
4.1.2. Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013	48
4.1.3. Formas de Atuação Responsável	48

4.1.4. Ações que Promovem o Desenvolvimento Sustentável. Alguns exemplos	49
4.1.5 Parcerias entre o Estado e a Galp.....	49
4.1.6 Envolvimento com as Partes Interessadas.....	50
4.2 CTT-Express	51
4.2.1 Descrição da Empresa.....	51
4.2.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013:	52
4.2.3 Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos.....	52
4.2.4 Parcerias Entre o Estado e os CTT.....	54
4.2.5 Envolvimento com as partes interessadas.....	54
4.3 SONAE-SIERRA.....	55
4.3.1. Descrição da Empresa.....	55
4.3.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013	55
4.3.3. Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos.....	55
4.3.4 Parcerias entre o Estado e a Sonae. Sierra	56
4.3.5 Envolvimento com as Partes Interessadas.....	57
4.4 Grupo Portucel-Soporcel.....	57
4.4.1.Descrição da Empresa.....	57
4.4.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013	58
4.4.3 Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos.....	58
4.4.4. Parcerias entre o Estado e o Grupo Portucel-Soporcel	59
4.4.5 O Envolvimento com as Partes Interessadas.....	60
4.5 REN.....	60
4.5.1 Descrição da Empresa.....	60
4.5.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013	60
4.5.3 Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos.....	61
4.5.4. Parcerias entre o Estado e a REN.....	61
4.5.5. Envolvimento com as Partes Interessadas.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
BIBLIOGRAFIA	67
ANEXOS	71
ANEXO A - Política de Responsabilidade social da Galp-Energia.....	72
ANEXO B - Política de Responsabilidade Social da Sonae Sierra.....	75
ANEXO C - Política de Responsabilidade Social Da REN.....	77
ANEXO D- Estrutura do questionário de auscultação das partes interessadas (Galp)	79

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Atores de Desenvolvimento Sustentável	10
Quadro 2 - Dimensões interna e externa da Responsabilidade Social das Empresas	21
Quadro 3 - Algumas empresas portuguesas que promovem o Desenvolvimento Sustentável	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Formas de Atuação do Governo	38
Tabela 2 - Ações de Responsabilidade Social do governo.....	39

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Desenvolvimento sustentável - “Triple Botton Line”	5
Figura 2 - A Pirâmide da Responsabilidade Social.....	16
Figura 3 - Responsabilidade Social, uma Aliança para o Desenvolvimento Sustentável.....	39
Figura 4 - Diálogo com as partes interessadas (Galp)	51

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APEE	Associação Portuguesa de Ética Empresarial
BCSD	Business Council for Sustainable Development
CE	Comissão Europeia
CEDS	Comissão Europeia para o Desenvolvimento Sustentável
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CMAD	Comissão Mundial para o Ambiente
CMDS	Comissão Mundial para o Desenvolvimento Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
EE	Eficiência Energética
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
OIT	Organização Internacional de Trabalho
OCDE	Organização para cooperação e desenvolvimento Económico
PIENDS	Plano de Implementação de Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNE	Plano Nacional de Emprego
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
RSA	Responsabilidade Social e Ambiental
SER	Responsabilidade Social das Empresas
UP	Unidos pelo Planeta

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem por objectivo demonstrar como as ações de Responsabilidade Social podem contribuir para a redução dos problemas ambientais. Segundo (Lima e Schmidt, 1996:206) “em Portugal, as questões ambientais adquiriram visibilidade, o associativismo ambientalista cresceu e ganhou presença social e a problemática ambientalista instalou-se nas preocupações dos políticos, dos meios de comunicação social e dos cientistas.”

O conceito de Responsabilidade Social tem sido abordado de várias maneiras internacionalmente. A nível da União Europeia (UE) a sua função é contribuir para o desenvolvimento local das comunidades onde as empresas atuam. A Responsabilidade Social em Portugal surge no contexto dos acordos estabelecidos a nível mundial e perante as estratégias definidas pela UE. A Responsabilidade Social surge ainda enquadrada nas políticas nacionais, constituindo a implementação de práticas de responsabilidade social empresarial um meio para enfrentar desafios como a globalização, a competitividade, e a sociedade do conhecimento e para vencer o atraso estrutural da economia (Santos, *et al.* 2006:33).

A Responsabilidade Social da Empresa constitui um fator estratégico para as empresas e fundamental para o desenvolvimento sustentável. Atualmente as empresas têm-se esforçado e empenhado em defenir e implementar os seus padrões de Responsabilidade Social Empresarial, com o objetivo de garantirem os seus benefícios mesmo que não sejam imediatos mas de longo prazo. Segundo um estudo publicado em 2014 pela KPMG¹ sobre relatórios de responsabilidade corporativa sobre os dados apresentados revelam que atualmente a população portuguesa está cada vez mais consciente sobre o assunto.

Anteriormente, a responsabilidade social era tarefa do Estado. Entretanto, o Estado não podia resolver por si só todos problemas sociais. Assim, atualmente as mesmas tarefas cabem, igualmente, às empresas no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável. Com este trabalho pretende-se analisar o desempenho das ações de responsabilidade social pelas empresas. Desta forma os estudos de caso apresentados pretendem dar resposta às seguintes perguntas de partida:

¹ <http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/press-releases/paginas/survey-crr.aspx>

Consultado no dia 4 de Junho de 2015

1. De que forma as ações de Responsabilidades Social das empresas, contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais?
2. As empresas realizam as suas ações de responsabilidade, em articulação com o Estado?
3. Em que medida, o Estado promove as responsabilidades sociais das empresas?
4. Quais são as estratégias das empresas no envolvimento com as partes interessadas?

O objetivo geral deste trabalho é o seguinte:

- Analisar de que forma as ações de responsabilidade social, contribuem para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

São os seguintes os objetivos específicos do trabalho:

- Definir a responsabilidade social
- Clarificar o conceito de desenvolvimento sustentável, a sua origem e evolução;
- Avaliar a relevância prática para a sociedade das responsabilidades sócio- ambientais das empresas;
- Considerar o papel do Estado na promoção da responsabilidade social e ambiental.

Para a realização deste trabalho foram usadas fontes secundárias, nomeadamente, livros e artigos publicados em revistas científicas. Foram igualmente utilizadas fontes primárias, nomeadamente, os relatórios das empresas que são objeto de análise neste trabalho, para além da recolha de dados e informações em diferentes plataformas eletrónicas.

O presente trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte é dedicada à discussão teórica e conceptual sobre a responsabilidade social. A segunda parte dedica-se a discussão sobre os casos selecionados para análise à luz do quadro teórico e conceptual apresentado.

Assim, o primeiro capítulo considera o conceito, a estratégia e os atores do Desenvolvimento Sustentável. O segundo capítulo considera o conceito de responsabilidade social e ambiental, as motivações das empresas e o seu enquadramento estratégico. O terceiro capítulo analisa a relação entre a responsabilidade social e ambiental o desenvolvimento sustentável. O quarto capítulo apresenta os estudos de caso. No último capítulo apresentam-se as considerações finais.

CAPÍTULO I

DESDENOVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITO, ESTRATÉGIA E ATORES

1.1 Antecedentes e Conceito de Desenvolvimento Sustentável

A noção de Desenvolvimento Sustentável (DS) não é uma questão nova, já vem sendo discutida há aproximadamente dois séculos, mas é a partir da década de 1970 que surge uma maior preocupação com o impacto ambiental.

Em 1972 foi realizada em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente. A realização desta conferência constituiu-se como o primeiro grande fórum internacional de discussão entre os países ricos e pobres e diferentes grupos de interesse sobre as questões ambientais. O debate assentava, inicialmente, em duas dimensões fundamentais, nomeadamente, o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente. Como resultado da conferência em alusão foi criado o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), que tinha como missão principal tratar, exclusivamente, as questões relativas à gestão ambiental.

Para Real (1999), referido por (Monsanto, 2012:5), apresenta alguns casos ocorridos na década de 70, que contribuíram para chamar a atenção para a necessidade urgente da resolução dos problemas ambientais a nível mundial:

Em “primeiro lugar, os derrames de crude das empresas Exxon Valdez, Amoco Cadiz e Torrey Canyon, que envenenaram as aves marinhas e inibiram a fotossíntese nas plantas. E um outro acidente no Seveso, Itália, em 1976, onde uma fábrica de químicos, lançou material tóxico sobre uma região, cerca de 70 mil animais morreram e 220 mil foram evacuados. O outro desastre foi o de Bhopal, na Índia em 1984, numa fábrica de pesticidas da Union Carbide onde entrou água num reservatório de químicos e teve como resultado numa nuvem maciça de gás letal, tendo morrido cerca de 2500 pessoas de que resultaram milhares de pessoas com lesões nos olhos e nos pulmões. Depois, os acidentes nucleares como é o caso de Chernobyl, na ex-URSS, em 1986 uma central perto do Kiev explodiu e incendiou-se, lançando na atmosfera nuvens de material radioactivo que foi arrastado pelo vento para grande parte dos solos da Europa do Norte, libertando mais radiações que as bombas atómicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, tendo como resultado a contaminação da cadeia alimentar.”

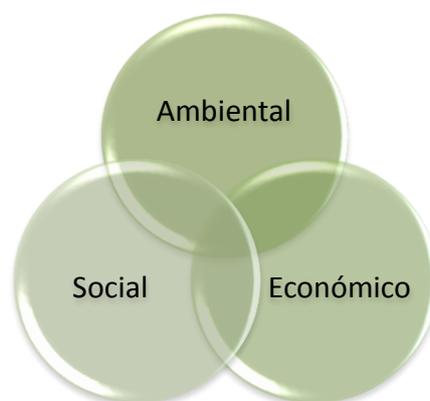
Em 1987, na Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, que foi liderada por Gro Harlem Brundtland², surge o conceito de desenvolvimento sustentável. O relatório apresentado por Brundtland constituiu-se como um documento fundamental de orientação para a futura estratégia de crescimento económico e desenvolvimento humano, com vista a uma “Agenda Global para a Mudança”. O relatório em referência tinha como objectivo chamar a atenção para as responsabilidades dos Estados e das organizações no desenvolvimento e na implementação de políticas de desenvolvimento económico, ambientalmente sustentáveis.

Posteriormente, surgiram outros eventos com o propósito de alcançar o desenvolvimento sustentável, nomeadamente: a Cimeira da Terra realizada em 1992 no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu a “Agenda 21”, tendo como objectivo consolidar os três pilares essenciais para a estratégia de desenvolvimento sustentável, nomeadamente, o social, o económico e o ambiental. A 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável realizada em 1997 (CMDS).

Em 2002 realizou-se a CMDS, em Joanesburgo, com o objectivo de reforçar os três pilares acima referidos em diferentes níveis local, nacional, regional e global.

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu tendo como foco as três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 - Desenvolvimento sustentável - “*Triple Botton Line*”



Fonte: Elaboração da própria a partir de (Oliveira,2008:24)

² Primeira-ministra da Noruega

O *Desenvolvimento Sustentável* (DS) Para (Margado e Braga 2007: 15), “é a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Para (Batista de Oliveira, 2002: 42), “a ideia de Desenvolvimento Sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento económico, satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer as gerações futuras.” Para Montibeller Filho (2007) referido por (Dickie, 2010: 54) desenvolvimento sustentável “ implica a expansão da economia para a melhoria das condições sociais, mais sempre garantindo a sustentabilidade ambiental”. (...) “Qualidade de vida de todos indivíduos das gerações atuais, independentemente de onde se localizem geograficamente” e transmite estes valores para as futuras gerações para que lhes possibilitem a obtenção de qualidade de vida.”

Morgado e Braga referem que o desenvolvimento sustentável assenta nos pilares económico, o social e o ambiental e na sua sustentabilidade. Oliveira e Montibeller apresentam uma perspetiva diferente do conceito de DS, a de promover a economia como meio de garantir as condições sociais e ambientais.

Assim o conceito de desenvolvimento sustentável, esta subjacente a três pressupostos básicos de uma forma global. Conforme a (fig. 1 da pág.5), e não se pode focalizar num só pilar de desenvolvimento, ma sim nos três pilares acima referidos. Para tal um dos atores de desenvolvimento sustentável são os governantes na implementação de políticas e estratégias adequadas bem como na avaliação das mesmas.

1.2 Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável

Após a declaração do Rio e da 19ª sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Conselho Europeu solicitou a preparação de um documento com uma perspectiva política europeia para o desenvolvimento económico e social ambientalmente sustentável. Em 2001 foi elaborada a proposta do documento com a estratégia europeia para o desenvolvimento sustentável “Uma Europa Sustentável para um Mundo Melhor.”

A Comissão Europeia (CE) integrou alguns objetivos estratégicos com uma perspectiva de longo prazo e uma visão mais alargada de desenvolvimento sustentável, enquadrado numa

perspectiva global. Segundo (Santos, 2005: 15), a Comissão Europeia propõe uma estratégia estruturada em três vectores fundamentais:

- 1) Propostas transversais e recomendações com vista à melhoria da eficácia das políticas de desenvolvimento sustentável;
- 2) Objectivos principais e medidas específicas ao nível da União Europeia que enquadrem os maiores constrangimentos ao desenvolvimento sustentável na Europa;
- 3) Medidas concretas para implementar a estratégia e monitorizar o seu progresso.

Estes três vectores estratégicos propostos pela Comissão Europeia para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS), como orientação política para a Europa, encontram-se detalhados do seguinte modo:

Propostas transversais

- ✓ Melhorar a coerência das políticas;
- ✓ Ter uma política de preço justo que mobilize as pessoas e as empresas;
- ✓ Investir na ciência e na tecnologia para o futuro;
- ✓ Melhorar as comunicações e mobilizar cidadãos e empresas;
- ✓ Tomar em conta o alargamento da União, numa perspectiva global.

Objectivos principais e medidas específicas

- ✓ Desenvolver ações concretas em diferentes políticas
- ✓ Celebrar acordos de saúde pública;
- ✓ Gerir as reservas naturais de uma forma mais responsável;
- ✓ Promover a gestão do sistema de transportes.

Medidas concretas e monitorização

- ✓ Verificações anuais;
- ✓ O processo de integração das preocupações ambientais, lançado pelo conselho de Cardiff, deve continuar e fornecer dados para a estratégia de desenvolvimento sustentável da União Europeia, da mesma forma que acontece para as dimensões económica e social, através das linhas orientadoras da política económica e do emprego. As estratégias de integração ambiental sectorial devem ser consistentes com os objectivos específicos da estratégia para o desenvolvimento sustentável na União Europeia.

As revisões a médio prazo permitem adaptar a estratégia às mudanças decorrentes das prioridades de longo prazo. Assim, a estratégia da União Europeia para o desenvolvimento sustentável será revista no início de cada mandato da Comissão.

1.3 Estratégia Portuguesa para o Desenvolvimento Sustentável

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é um documento que resultou da decisão do Conselho de Ministros n.º 39/2002 de 1 de Março. O governo português criou um grupo de trabalho com objetivo de elaborar um plano nacional para o desenvolvimento sustentável (2005-2015). Este documento corresponde a um compromisso político visando tornar operacional uma integração harmoniosa das três dimensões social, económica e ambiental. O governo apresentou como desígnio “fazer de Portugal, no horizonte temporal estendendo-se até 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia (UE), num quadro de qualidade ambiental e de responsabilidade social”. Para que este grande desígnio seja alcançado é necessário o prosseguimento dos seis objectivos seguintes.

O primeiro objetivo da ENDS consiste na alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a sociedade de conhecimento;³

O segundo objetivo da ENDS visa assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência. Tal objectivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de atividades do País num sentido mais sintonizado com a dinâmica

³ ENDS-Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

do comércio internacional, em consumos energéticos e recursos naturais do país, incluindo o património cultural, conhecimentos e competências.⁴

O terceiro objetivo da ENDS visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integra a proteção do ambiente numa sociedade que assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como um valor a evidenciar e fator de diferenciação positiva.⁵

O quarto objetivo da EDNS consiste em contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, atuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atratividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor elevado de qualidade de vida em todo o território nacional;⁶

O quinto objetivo da ENDS consiste em assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “amadurecimento” da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidade social, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos;⁷

Por fim, o sexto objetivo da ENDS compreende a cooperação internacional em torno da sensibilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para a afirmação de Portugal no mundo, e contribui de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da construção da paz, da sustentabilidade dos ecossistemas e do equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.

Segundo a ENDS, cada um dos objetivos desdobra-se no conjunto de vetores estratégicos acima mencionados, como linha de orientação. A ENDS é, assim, a concretização de uma ética do desenvolvimento e de um claro compromisso com as gerações vindouras, visando

⁴ ENDS-Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

⁵ ENDS-Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

⁶ ENDS-Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

⁷ ENDS-Estratégia nacional de desenvolvimento sustentável

uma melhoria de qualidade de vida e o pleno desenvolvimento das pessoas, para isso, sendo necessário o envolvimento de vários atores e a atribuição de responsabilidades no processo de desenvolvimento sustentável.

1.4 Atores de Desenvolvimento Sustentável

É importante destacar os principais atores intervenientes no processo do desenvolvimento sustentável. Segundo (Lima, 2004: 65), os atores intervenientes são: o governo, as empresas/indústrias e os cidadãos. A partir de inquéritos efetuados numa seleção de países sobre a contribuição dos atores para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo principal de identificar os atores que parecem fazer mais esforço para proteger o ambiente, verificou-se que todos os países apresentavam a mesma situação em relação às empresas, que são consideradas as menos esforçadas na proteção do ambiente segundo o quadro abaixo.

Quadro 1 - Atores de Desenvolvimento Sustentável

	Empresas e indústrias	Pessoas	Ambos	Governo	Empresas e indústrias	Ambos	Pessoas	Governo	Ambos
Espanha	7,4	73,3	7,4	5,4	9,9	13,3	61,3	16,9	9,2
Chile	12,9	71,1	7,6	65,9	13,5	9,8	48,4	33,8	11,1
Irlanda	14,3	56,9	24,5	46,9	16,8	29	45,4	26,2	24,9
N. Zelândia	8,9	53,3	20,7	40,3	11,3	20,5	44,2	17,5	21,7
Portugal	8,6	48,8	21,8	34,1	12	26,5	30,4	26,1	23,6
Holanda	12,5	47,9	26,8	53,3	9,9	20,6	31,5	32,1	22,7
Rep. Checa	7,5	47,7	25,6	34,4	10,2	27,3	38,6	16,3	26,2
Finlândia	9,4	46,7	25,6	35,5	14,7	18,8	44,6	17,4	15,7
Reino Unido	12,1	44,1	21	29,9	12,7	23,8	35,9	17,4	22,3
EUA	11,2	43,5	23,2	38,6	10,7	23,7	38,7	17,6	23
Suécia	10,4	40,1	27	36,3	9,7	21,5	34,3	18,8	22,8
Alemanha	11,4	38	28,8	37,1	11,6	24,6	34,4	18,1	22,7
Noruega	16,4	36,9	19,4	47,6	9,9	20,4	26	38,2	17,6
Filipinas	9,2	34,6	41,8	24,8	9,9	54,2	22,9	16,4	51,5
Japão	21	34,2	28,1	16,9	34,2	26,4	48	14,1	19
Bulgária	8,6	24,6	14,6	25,7	7,7	13,1	21,7	17,7	14,8
Rússia	13,4	24,1	24,8	14,4	13,8	25,7	26,4	11,6	22,2
Bangladesh	26,4	21,5	37,3	27,9	20,6	38,1	23,1	29,5	34,8

Fonte: A partir de *International Social Survey Programme* (Lima, 2004: 65)

Conforme ilustra o quadro, Portugal apresenta uma percentagem muito baixa, situando-se na ordem de 8,6% de contribuição das empresas para a protecção do ambiente. De entre os outros países, o Japão apresenta uma percentagem 21%, o que mostra que neste

país as empresas têm contribuído para o desempenho das exigências ambientais através da modernização de tecnologias utilizadas de forma estratégica e na redução da produção de resíduos. Segundo (Lima, 2004: 69), no Japão as empresas fazem mais pelo ambiente do que o governo e em Portugal, as empresas e indústrias são vistas como principais poluidoras e culpadas pela degradação ambiental no país. O governo é visto como um agente permissivo e ineficaz no cumprimento das leis ambientais.

O desenvolvimento sustentável é um desafio da sociedade como um todo, porque envolve os seguintes atores: o governo, as empresas, os cidadãos e a sociedade civil. Para que estes diferentes atores possam contribuir para um mundo sustentável, o Estado deve criar leis que obriguem as pessoas a proteger o ambiente. Desta forma, o desenvolvimento sustentável consiste em políticas públicas que possam condicionar a uma vida sustentável.

Contudo, promover o desenvolvimento sustentável, através da responsabilidade social, permitirá uma maior motivação das empresas no desempenho de suas actividades para com as comunidades, trazendo vários benefícios para a empresa, no que se refere a competitividade, credibilidade e melhoria da imagem da empresa. Assim, os atores intervenientes nas ações de responsabilidade social são igualmente atores de desenvolvimento sustentável, que devem esforçar-se para que as mesmas ações ocorram com sucesso no melhoramento da qualidade de vida, sem comprometer as futuras gerações.

**CAPITULO II - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DAS
EM PRESAS: CONCEITO, MOTIVAÇÕES E ENQUADRAMENTO
ESTRATÉGICO**

2.1. A Evolução do Conceito de Responsabilidade Social das Empresas

A expressão “Responsabilidade Social” foi escrita pela primeira vez num manifesto de 120 industriais inglesas. O documento menciona que a “Responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, funcionários, consumidores e acionistas.” (Benedicto et al., 2008: 4).

Segundo o mesmo autor, no século XX, surgem manifestações em defesa da Responsabilidade Social pelos americanos Charles Elton em 1906, em 1907 Hakley e o John Clark em 1916, e mais tarde em 1923, o inglês Oliver Sheldon com o lançamento do livro *The Philosophy of Management* visava abranger a totalidade da administração no posicionamento da empresa frente a sociedade, numa tentativa de fundir a ética social da administração, mas que os mesmos princípios eram implementados a nível interno no sentido de ajudar a sociedade. Para Oliveira (2000) referido por Benedicto (2008:5) após a Primeira Guerra Mundial a posição de Sheldon, foi ganhando aceitação na relação entre as indústrias e as comunidades. Nesse período, surgem as associações, sindicatos, igrejas, clubes políticos com objetivos direcionados para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Nessa fase existia um espírito de interajuda, o que serviu para despertar as empresas para um novo desafio nos seus programas de responsabilidade social. Na década de 50, nos Estados Unidos surge um grande interesse com a discussão pública sobre a responsabilidade social dando-se assim início a era moderna deste conceito.

Segundo (Carroll,1979), referido por (Freire, 2008:4), o conceito de “Responsabilidade Social” na perspectiva da produção científica internacional teve como base o lançamento de um livro intitulado *Responsability, of the Businessman*, escrito por Howard Bowen. Na sua obra, o autor preocupava-se com impactos causados pela produção em escala das empresas na sociedade, considera que as obrigações, bem como as decisões dos empresários nos seus os negócios devem ser orientados pelos valores desejáveis da sociedade.

Segundo Freire:

“Para Bowen a responsabilidade social referia-se aos homens de negócios e as obrigações dos homens de negócio são adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade.” (Freire, 2008:4).

Para os autores Eells (Eells,1956) e o Selekman (Selekman,1959) nos seus trabalhos científicos abordaram as questões como a ética e o compromisso com a sociedade. (Freire 2008)

No entanto Levitt (1958),referido (Freire, 2008:5) por apresentou uma posição contrária à ideia do Bowen, a sua visão sobre a responsabilidade social da empresa tendo como objetivo central gerar lucros e que o papel de cuidar do bem-estar social é tarefa do Estado. Segundo o mesmo autor, em 1960 verificou-se a substituição do termo “Responsabilidade Social dos Homens” pela atual expressão “Responsabilidade Social Corporativa (RSC).”

Para Davis (1967) acrescentou que o conceito de responsabilidade preocupa-se com as consequências éticas das ações na condução dos negócios. Segundo Carroll (1979) referido por (Freire, 2008:5), refere que Davis em (1973) definiu a RSC como sendo o compromisso da empresa em analisar os efeitos causados pelo processo decisório, indo para além das obrigações legais e que resultasse gerando como consequência em benefícios sócias e económicos. Para Preston e Post em 1975 concordavam com Davis, ao considerarem que com RSC a intervenção das empresas ultrapassa os seus objetivos económicos.

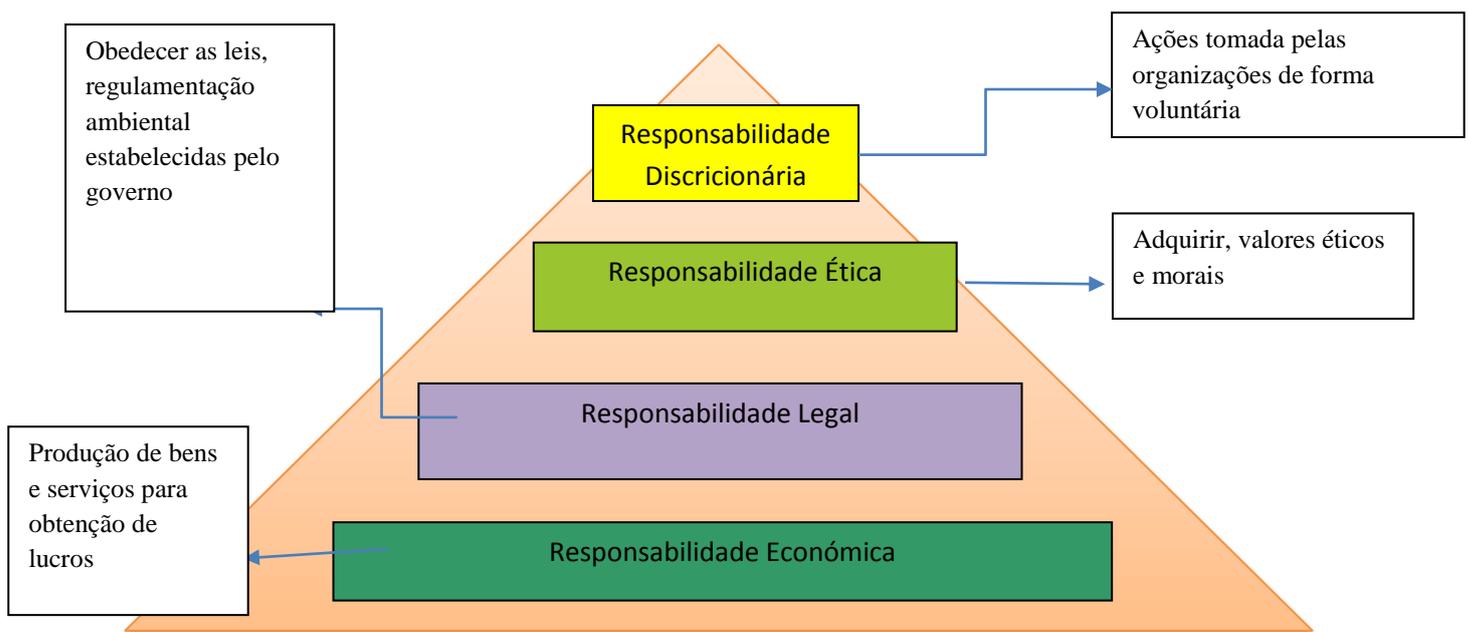
A partir de 1980,verificou-se um aumento de pressões sobre as empresas pela busca de alterações nos aspetos económicos, o que constituiu terreno propício para a discussão e difusão das ideias de responsabilidade social. Segundo o mesmo autor na década de 90, desenvolveu-se a discussão sobre as questões éticas e morais nas empresas, envolvendo a questão ambiental, a educação e as grandes desigualdades que caracterizavam as injustiças sociais. De acordo com (Freire, 2008: 6), nos anos 2000, Schwartz e Carroll propõem o seguinte modelo para análise da responsabilidade social, *Value, Balance e Accountability-VBA* (Freire, 2008: 6). Neste contexto, o valor está relacionado com as obrigações das empresas em oferecer benefícios para a sociedade na realização de suas atividades; o equilíbrio diz respeito a harmonia e o balanceamento dos interesses dos *stakeholders*; e por último a responsabilidade é a conotação de prestação de contas para com a sociedade.

O termo “Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ” é muito complexo e dinâmico, com significados diferentes em contextos diversos. Segundo (Oliveira, 2008:71), “a RSE, engloba as expectativas económicas, legais, éticas e filantrópicas que uma sociedade tem das organizações em um determinado momento.” A Responsabilidade social económica diz respeito à qualidade dos produtos, bens e serviços que a sociedade deseja, produz e

comercializa. A Responsabilidade legal é o cumprimento de todas as legislações estabelecidas pela sociedade ou por seus representantes. Responsabilidade ética é constituída por princípios éticos e morais de acordo com aquilo que a sociedade espera das empresas. E finalmente a Responsabilidade discricionária é estabelecida por ações voluntárias que estão relacionadas com o desempenho comercial da empresa.

Porém a RSE está muito além de gerar de lucros bem como do cumprimento da legislação, mas sim para outras áreas sociais. Para ilustrar esta visão, segue-se o modelo referido por (Oliveira, 2008:72). A autora propõe um modelo de responsabilidade social em forma de pirâmide.

Figura 2 - A Pirâmide da Responsabilidade Social



Fonte: Elaboração própria a partir de Oliveira (2008:72).

Entretanto a Comissão das Comunidades Europeias- (CCE, 2001: 7), define RSE como uma forma de integração voluntária das preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com todas as partes interessadas. Em 2011, a CCE apresentou um novo conceito de responsabilidade social das empresas - a responsabilidade

das empresas pelo impacto que têm na sociedade. Para (Rodrigues *et al.*, 2012: 64) RSE, são ações que englobam aspetos éticos, legais e o envolvimento das atividades da empresa onde atua. De acordo com autor a aplicação do conceito de RSE, em suas ações deve trazer benefícios às comunidades locais, no âmbito ético, legal, social e ambiental, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da mesma.

2.2. Motivos que Levam as Empresas a Assumir a Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social das Empresas, surge com objetivo de promover a empresa através de uma ação eticamente correta, contribuindo para uma sociedade justa e transparente. A Responsabilidade das organizações surge num contexto da crise mundial de confiança nas empresas. Para tal, as organizações empresariais começaram a promover um discurso politicamente correto, pautado na ética, implementando ações sociais que podem significar ganhos em condições de qualidade de vida para a classe trabalhadora ou, simplesmente podem se tornar um mero discurso de marketing empresarial desvinculado de uma prática socialmente responsável. Segundo Mifano (2002), referido por (Rico, 2004:74).

De acordo com a visão do autor, a responsabilidade social das empresas surge no sentido de dar resposta as empresas, através dos seus próprios lucros. Os gestores devem, ser socialmente responsáveis para com todas as partes interessadas através de suas ações sociais e ambientais que podem ser justas, corretas e sempre em torno dos valores éticos, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da sociedade onde a empresa atua. Estas ações constituem-se em estratégia de marketing para divulgação e a melhoria da imagem da empresa perante o mercado. Deste modo a responsabilidade social da empresa permitirá também uma maior aproximação entre esta e a comunidade local, transmitindo a confiança e credibilidade entre os seus consumidores. Assim, através da responsabilidade social a atuação da empresa irá para além dos objetivos altamente lucrativos pelos quais foi criada para assumir, os objetivos e tarefas de transformação social ou de desenvolvimento. Para Carroll (1999) referido por (Bertoncello, *et al.*, 2007:71), “os negócios estão sendo chamados para assumir as responsabilidades amplas na sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos” (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade e o seu futuro dependerá da qualidade de gestão na resposta às mudanças de expectativas do público. “Por

outro lado (Duarte *et al.*, 1986), referido por (Benedicto, 2008: 8), as empresas não existem apenas para explorar recursos económicos e humanos, mas também para contribuir para o desenvolvimento social.

Tendo como base na visão dos autores, Bertoncello e Benedicto, considero que é importante que as empresas se preocupem em investir na qualidade de vida dos trabalhadores. O gestor deve ser capaz de servir a sociedade, de modo a satisfazer as suas preocupações contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade justa. As empresas não podem estar voltadas só para os benefícios económicos (lucros). E devem sim assegurar que os seus lucros beneficiem a sociedade, proporcionando, como por exemplo, o apoio à educação, saúde, desporto, preservação do meio ambiente entre outras áreas. Estas são algumas ações que se inscrevem no âmbito da responsabilidade social das empresas. E que resultam do desejo das empresas em adquirir o respeito e a admiração e confiança para o envolvimento das pessoas e das comunidades que são influenciadas por suas atividades. A confiança supõe, então, o envolvimento da pessoa ou pessoas interessadas e uma avaliação racional dos riscos em que incorrem e distingue-se assim da fé (no sentido de confiar), a qual não invoca senão uma simples noção de perigo. (Pesqueux et Biefnot, 2000) referido por (Rodrigues, 2009:175).

Assim, as empresas recorrem as ações de responsabilidade social como um meio de adquirir a confiança dos consumidores e que pode considerar-se que a responsabilidade social das empresas refere-se também à ética que direciona as suas ações. Neste contexto as empresas assumem a responsabilidade social por várias razões, nomeadamente: a necessidade de melhorar a imagem da empresa por um lado e por outro, a necessidade de geração de lucros. A questão de motivação pode ser vista em perspetivas diferentes. Conforme refere (Francischini, *et al.*, 2005: 30), as motivações e o interesse pela prática da ética empresarial são as seguintes:

1. Urgência em recuperar a credibilidade da empresa;
2. Mudança na conceção da empresa: anteriormente, vista somente pelo lucro, a empresa torna-se um espaço socioeconómico que tem responsabilidade ética para com a sociedade;
3. O entendimento dos processos de tomada de decisão: é imprescindível a compreensão das finalidades da organização;
4. A insistência na qualidade ética leva a longo prazo a qualidade em sentido mais amplo, resultando em maior rentabilidade;

5. Contribuição para uma boa imagem organizacional: a dimensão ética é a parte decisiva do conceito de qualidade que apresenta à sociedade.

Por outro lado (Oliveira, 2008: 80) apresenta dois tipos de motivação para o interesse pela prática da ética empresarial, nomeadamente:

- 1- Instrumental: interesse na Responsabilidade Social porque aumenta os lucros ou valor da empresa (curto e longo Prazo)
- 2- Moral: Responsabilidade social porque os gestores acham que é certo, independente dos benefícios para a empresa.

Em suma, para Francischini a empresa tem como objetivo a obtenção de lucros mas é também um espaço socioeconómico que tem responsabilidade ética para com a sociedade. Para Oliveira a atividade de responsabilidade social das empresas têm como base a ética como um instrumento que proporcionará o aumento dos lucros aumentando também competitividade das empresas.

2.3. A Empresa que Atua de Forma Responsável

Segundo (Cimbalista, 2001:13), “a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir interesses das diferentes partes entre as quais, os acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade e governo, procurando incorporá-los nos seus planos e atividades, buscando atender as demandas de todos não apenas dos acionistas ou dos proprietários.”

As empresas existem para satisfazer as necessidades de todas as partes interessadas e, por isso, as atividades de RSE devem inserir-se numa estratégia sustentável a longo prazo para as empresas com vista a contribuir para o desenvolvimento sustentável de forma responsável, na implementação de políticas regulamentos e códigos de condutas éticas da empresa. “Os códigos de conduta devem proporcionar orientação clara sobre comportamento ético nas situações em que é mais forte a tentação de se comportar de maneira antiética” (Rodrigues, 2005: 31).

De acordo com o autor os códigos de conduta não servem para pendurar na parede da instituição mas sim para orientar para um caminho justo e transparente, contribuindo assim para um ambiente melhor.

Para (Mcintosh *et al.*, 2001), referido por (Santos, 2012: 39), é importante integrar a RSE ao planejamento estratégico das organizações com iniciativas relacionadas com as práticas de voluntariado, gestão ambiental, marketing verde e com respeito pelos empregados, fornecedores e clientes, no contexto da tendência para uma cidadania corporativa. O Marketing verde consiste no "conjunto das atividades concebidas para produzir e facilitar a comercialização de qualquer produto ou serviço com a intenção de satisfazer as necessidades e desejos humanos, simultaneamente, causando o impacto mínimo ao meio ambiente. Envolve a modificação de produtos e embalagens, bem como a mudança em processos de produção e publicidade." Polonsky (1994), referido por (Gonzaga, 2005:356).

Portanto, a responsabilidade ambiental é integrada pelas empresas como uma estratégia organizacional com vista a contribuir para alcançar uma posição socialmente responsável e pode ser definida como o relacionamento entre a empresa e a sociedade, quando essa interação tem por fim atingir padrões de qualidade específicos. Uma outra razão para esta integração, segundo Porter e Kramer (2002), referido por (Santos, 2012: 540) é que "a empresa pode utilizar práticas socialmente responsáveis para melhorar o seu contexto competitivo, procurando a qualidade nos ambientes em que atua, além de apoiar as ações de RSE como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável."

Para os autores Mcintosh, e Santos a RSE deve ser integrada nas empresas como perspectiva de marketing para melhoria da imagem empresarial, proporcionando parcerias e contribuindo para o aumento da competitividade no mercado. Neste contexto as empresas poderão ser consideradas como sendo socialmente responsáveis e contribuindo para a salubridade do meio ambiente, satisfazendo as necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações vindouras. As ações de responsabilidade social e ambiental permitem também uma interação com a sociedade nos programas de desenvolvimento social das comunidades e de preservação do meio ambiente "as empresas atuam num complexo caracterizado por mudança e por uma multiplicidade de diferentes forças que contribuem para que o seu funcionamento seja crucial e realista." Duarte (2001), referido por (Rodrigues, 2012:17) o contributo das empresas é muito importante para a sociedade, segundo a visão de Thomas Mullgan (1993) referido por (Rego, *et al.*, 2006: 106) o contributo para o bem da sociedade é parte da missão do negócio, se o ser humano estiver sujeito a escolhas em fazer o bem e o mal desde que tornem o mundo melhor, os gestores das empresas têm o principal papel no

discernimento moral para avaliar os bens e serviços que são capazes de proporcionar para um mundo melhor.

2.3.1. Responsabilidade Social a Nível da Europa

A Responsabilidade Social das Empresas segundo a CE (2001) (Santos, 2005: 17), constitui, um vínculo muito importante para dar resposta ao desenvolvimento sustentável. A Comissão Europeia elaborou o *livro verde* como forma de promover a responsabilidade social e, tendo como objetivo incentivar o desenvolvimento de boas práticas sociais e sobretudo inovadoras com a finalidade de promover parcerias para a sua concretização. No *livro verde* a CE identificou um conjunto de ações de Responsabilidade Social:

Quadro 2 - Dimensões interna e externa da Responsabilidade Social das Empresas

Dimensão Interna	Dimensão Externa
<p><i>Gestão dos Recursos Humanos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem ao longo da vida • Responsabilização dos trabalhadores, • Circulação da informação, • Equilíbrio entre a vida profissional e familiares /tempos livres, • Diversidade dos recursos humanos, Igualdade de géneros, • Participação no capital e proveitos da organização, • Empregabilidade e segurança dos postos de trabalho, • Práticas de recrutamento não discriminatórias 	<p><i>Comunidades Locais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração social na comunidade local ao nível de emprego, remunerações, benefícios e impostos; • Controlo dos níveis de salubridade, estabilidade social e prosperidade, • Interação com o meio físico, ambiental e rede viária; • Envolvimento sócio local com a disponibilização de estruturas físicas, meios humanos e patrocínios.
<p><i>Saúde e segurança no trabalho</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação das medidas legislativas correntes; • Cultura de prevenção de risco; 	<p><i>Parceiros comerciais, fornecedores e consumidores</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias e alianças com empresas comuns e franquizadas;

<ul style="list-style-type: none"> • Quantificação, documentação, documentação e comunicação das boas práticas de SST; • Programas de certificação e rotulagem, para produtos e serviços, sistema de gestão e subcontratação centrada nas normas de saúde segurança no trabalho; • Existência de critérios de segurança e saúde no trabalho nos regimes dos concursos e adjudicações dos diversos contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilização social dos clientes, fornecedores, subcontratados e concorrentes; • Envolvimento no capital de risco de novas empresas inovadoras; • Fornecimento ético, eficiente e ecológico de produtos e serviços.
<p><i>A adaptação à mudança</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução das despesas, aumento de produtividade e melhoria da qualidade de serviço prestado aos clientes; • Motivação e lealdade, criatividade e produtividade no trabalho; • Identificação dos riscos, previsão dos custos, execução de planos de contingência, e minimização dos despedimentos; • Formação profissional suplementar, modernização dos instrumentos e sistemas de produção, captação de investimentos, definição de procedimentos, dialogo, cooperação e estabelecimento de parcerias; • Capacidade de inserção profissional dos trabalhadores dentro e fora da organização; • Participação no desenvolvimento 	<p><i>Direitos humanos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito pelas normas laborais, proteção do ambiente e direitos humanos; • Rejeição a práticas de suborno e corrupção; • Adaptação de códigos de conduta sobre as condições de trabalho, direitos humanos e aspetos ambientais, incluindo nos fornecedores e subcontratados; • Observação do impacto das atividades da organização sobre os direitos humanos dos trabalhadores e da comunidade local; • Aplicação e verificação dos códigos de conduta e de promoção das normas internacionais de trabalho em todos os níveis da organização e nos subcontratados; • Políticas de diálogo e informação

<p>local e em estratégias ativas de inclusão no mercado de trabalho.</p>	<p>total complementadas com abordagens perfectivas ao nível dos órgãos de gestão, restantes trabalhadores e comunidade local;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação contínua do respeito pelos direitos humanos segundo as normas e os padrões definidos pela denominada “auditoria social” garantindo a credibilidade dos relatórios apresentados.
<p><i>Impacto ambiental</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução na exploração dos recursos; • Redução na emissão de poluentes; • Redução na produção de resíduos; • Redução nos gastos energéticos; • Eliminação de resíduos; • Monitorização dos custos ambientais da matéria-prima; • Monitorização dos custos ambientais da despoluição 	<p><i>Ambiente global</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desempenho ambiental positivo ao longo de toda a cadeia de produção; • Incrementos globais ao nível social e ambiental de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável integral.

Fonte: Santos. *apud.* (2005) adaptado do Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias (2001)

Segundo CE⁸, (2002), referida por (Santos, 2005: 22), a Comissão Europeia definiu uma política de responsabilidade social das empresas cujos princípios são os seguintes:

- O reconhecimento da natureza voluntária da responsabilidade social das empresas;
- A necessidade de credibilidade e transparência das práticas de responsabilidade empresarial;
- A tónica nas actividades onde o envolvimento da comunidade vem trazer uma mais – valia;

⁸ Comissão das comunidades Europeias

- A abordagem equilibrada e global da responsabilidade social das empresas que incluía as problemáticas económicas, social e ambiental, bem como a defesa dos interesses dos consumidores;
- A atenção às necessidades e especificidades das pequenas e médias empresas (PME) e;
- O respeito e apoio dos acordos internacionais e instrumentos vigentes (normas laborais fundamentos da OIT⁹, orientações da OCDE¹⁰ para as empresas multinacionais).

Segundo (Santos, 2006: 22), a CE preparou em 2002 um documento que tinha como objetivo apresentar as ações e medidas para facilitar o intercâmbio de experiências e a partilha de boas práticas, nomeadamente:

- Identificar e divulgar o impacto positivo da responsabilidade social das empresas nas sociedades europeias e no mundo, em especial nos países em desenvolvimento;
- Desenvolver entre as empresas o intercâmbio de experiências de boas práticas em matéria de responsabilidade social;
- Promover o desenvolvimento de competência de gestão em responsabilidade social das empresas;
- Fomentar a responsabilidades social entre as PME¹¹;
- Facilitar a convergência e transparência das práticas e dos instrumentos de responsabilidade social da empresa;
- Lançar um fórum multilateral sobre responsabilidade social das empresas a nível europeu;
- Integrar a responsabilidade social nas políticas comunitárias.

Assim, as medidas acima apresentadas enfatizam a necessidade de uma maior participação das empresas e de todas as partes interessadas nos programas de RSE.

A Comissão Europeia (CEE, 2011:6) identificou diversos fatores que poderão contribuir para aumentar o impacto das políticas de responsabilidade social das empresas, nomeadamente:

⁹ OIT-Organização Internacional de Trabalho

¹⁰ OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

¹¹ Pequenas e Médias Empresas

- ✓ Adotar uma perspetiva multilateral equilibrada que tenha em conta os pontos de vista das empresas, das demais partes interessadas e dos Estados-membros;
- ✓ Esclarecer melhor o que se espera das empresas e adotar uma definição europeia de responsabilidade social das empresas coerente com os princípios e as orientações internacionais novos e atualizados;
- ✓ Promover a recompensa do mercado para o cumprimento responsável das empresas, através, por exemplo, da política de investimento e da contratação pública;
- ✓ Ponderar modalidades de co-regulação, dois importantes meios através dos quais as empresas procuram assumir a sua responsabilidade social;
- ✓ Examinar a transparência das empresas no tocante às questões sociais e ambientais do ponto de vista de todas as partes interessadas, incluindo as próprias empresas;
- ✓ Dedicar mais atenção aos direitos humanos, um aspeto da responsabilidade social das empresas mais propícia a que as empresas assumam voluntariamente a sua responsabilidade social.

2.4.2. Responsabilidade Social a Nível de Portugal

A Responsabilidade social em Portugal surge no contexto dos acordos estabelecidos a nível mundial e perante as estratégias definidas para a União Europeia. Surge ainda enquadrada nas políticas nacionais em que a implementação de práticas de RSE pode ser um meio para enfrentar os desafios como a globalização, a competitividade, a sociedade do conhecimento e vencer o atraso estrutural que apresenta face a outros países (Santos, *et al.*, 2006:33). Em Portugal a RS enquadra-se em algumas políticas nacionais como o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social_ PNDES, (2000-2006). Neste documento é possível identificar algumas diretrizes com ações para a RSE. Num outro documento, nomeadamente, o Plano Nacional de Emprego_ PNE, (2003-2006), também estão incluídas várias diretrizes para a implementação de estratégias de responsabilidade social nas empresas. Algumas Organizações de Responsabilidade Social em Portugal que apoiam a implementação das práticas de responsabilidade social em Portugal, a saber:

Business Council for Sustainable Development (BCSD) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em Outubro de 2001. A missão principal do BCSD Portugal é fazer com que a liderança empresarial seja catalisadora de uma mudança rumo ao desenvolvimento sustentável e promover nas empresas a eco- eficiência, a inovação e a responsabilidade social.¹²

O Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE): fundada em 2003, é uma associação sem fins lucrativos que tem como principal objetivo o fomento da participação das empresas nas comunidades em que se inserem, conciliando os seus objetivos privados com a responsabilidade social. Esta Associação integra-se no espírito da responsabilidade social, apoiando as organizações e iniciativas da comunidade e a participação dos quadros das empresas nas ações desenvolvidas, que pode ser exercida em áreas tão diversas como a ambiental, cultural, desportiva, educativa e social.¹³

E por fim a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE): fundada em Novembro de 2002 por um grupo de profissionais e empresários, com o objetivo de promover o desenvolvimento da ética nas organizações, com a plena integração nas suas práticas de gestão e, conseqüentemente, no seu meio envolvente. A APEE defende a necessidade de concretizar a ética e a responsabilidade social pela definição e implementação de programas concretos que conduzam a práticas de gestão socialmente mais responsáveis.¹⁴

2.3.4. Estado de Arte sobre Responsabilidade Social das Empresas em Portugal

A perceção do cidadão português sobre a responsabilidade social das empresas foi analisada em estudos realizados pela CECOA¹⁵ e pela SDC¹⁶ em 2003 e 2004. Segundo (Maia, *et al.*, 2008:1504), “nessa altura surgiram novas organizações relacionadas com a responsabilidade social.” O CES¹⁷ Publicou um importante parecer sobre a responsabilidade

¹² <http://www.aip.pt>

Consultado no dia 19/12/14

¹³ <http://www.aip.pt>

¹⁴ <http://www.apee.pt>

Consultado no dia 19/12/14

¹⁵ CECOA: Centro de Formação Profissional para Comércio Afins

¹⁶ SDC-Sair da casca

¹⁷ CES: Conselho Económico Social

social. A CMVM ¹⁸ Atualizou o seu regulamento relativo ao governo das sociedades cotadas e nessa época surgem as primeiras condenações em tribunal por delitos de *insider trading* e como também surge a preocupação sobre RSE.

A participação do Estado tem sido muito restrita na promoção da responsabilidade social. Mas a intervenção do Estado é muito importante para a regulação das políticas de desenvolvimento sustentável e de Responsabilidade Social das Empresas. Segundo (Estevão, 2004: 18) “o papel do Estado na promoção e regulação do processo de desenvolvimento é um elemento central na construção teórica do velho estruturalismo¹⁹.”

Segundo a SDC, "a responsabilidade social assume uma dimensão que tem de ser encarada pelos dirigentes do sector privado e também em pé de igualdade com os responsáveis pela administração pública. Não podemos ignorar esta dimensão que, no fundo, é uma componente da ética."

A Empresa KPMG apresentou em 2014 um estudo sobre os relatórios das empresas, mais de 70% das 100 maiores empresas portuguesas já produzem relatórios de responsabilidade social, o que mostra que houve um ligeiro aumento de 2% em relação a 2011, quanto 64% de empresas desenvolviam práticas de responsabilidade social²⁰.

As atividades de responsabilidade social estão associadas à inquietação de quem deve contribuir para essas ações, tanto no setor privado como no setor público. Para (Maia *et al.*, 2008:1505), em Portugal vive-se num cenário empresarial onde muitas empresas não respeitam o enquadramento legal em termos fiscais, ambientais e sociais. A ausência de fiscalização, morosidade dos tribunais e a falta de consciência cívica, agravam a situação. Este cenário empresarial pode comprovar-se num estudo feito pela CECOIA (2004) o qual apresenta alguns dados que constituem obstáculos enfrentados pelas PMEs como a inexistência de uma política mais clara, estruturada e formalizada no que se refere a um maior desenvolvimento da RSE das PMEs. De acordo com o estudo do CECOIA segundo (Maia *et al.*, 2008:1508), cerca de 24% das empresas não adotaram as práticas de RS devido a falta de

¹⁸ CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

¹⁹ Segundo Estevão O termo “estruturalismo” procura identificar rigidezes, desfasamentos e outras características específicas da estrutura das economias em desenvolvimento que afetam os ajustamentos económicos e a escolha da política de desenvolvimento.

²⁰ <http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/press-releases/paginas/survey-crr.aspx>

Consultado no dia 4 de Junho de 2015

informação sobre o tema; 19% das empresas atribuem a falta de tempo; 17% das empresas que não adotaram as práticas de RS devido a falta de ligação entre o negócio e a Responsabilidade Social das Empresas são de 16% devido a incapacidade financeira. A partir deste estudo é possível constatar que as ações de responsabilidade social são realizadas por empresas de grande porte. Porém, o Estado tem um papel muito importante na divulgação da política pública relativa à implementação da RES em todos os níveis. “ O papel do Estado consiste na identificação dos principais constrangimentos e oportunidades ao desenvolvimento das forças produtivas” Rodrik (2007), referido por (Mamede, 2009: 195). Isto implica uma colaboração estratégica entre o sector privado e o Estado com objetivo de identificar as intervenções que mais probabilidades têm de os remover os constrangimentos. Assim, considero que cabe ao estado a identificação dos problemas existentes no sentido de procurar meios de os resolver. É necessário que exista uma adequada cooperação entre o Estado e o setor privado. Como afirma (Wahl, 2010: 56), “ as políticas devem ser debatidas política e eticamente, e o Estado deve desempenhar um papel em suas concretizações. Portanto o Estado sozinho não é mais capaz de resolver os problemas globais.” O Estado deverá procurar meios de criar alternativas de parcerias com as empresas e a sociedade civil como forma de promover conjuntamente uma política de responsabilidade social. Embora exista um Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável-PIENDS, este não define de forma clara a participação do Estado nas ações de responsabilidade social e não prevê ações visando promover ou incentivar as empresas envolvidas em atividades de responsabilidade social. O plano acima referido permitirá reforçar as parcerias entre o Estado e a sociedade civil e deverá identificar metas e prazos concretos, assim como os meios de implementação e indicadores de avaliação” (Santos, 2005: 24).

O Estado deverá esclarecer os seus objetivos nas políticas públicas e atribuir responsabilidade ao próprio Estado e ao sector privado. Este plano é um instrumento fundamental que permitirá a fiscalização e o acompanhamento da realização das atividades, incluindo o cumprimento de metas e prazos previstos, assim como a definição do cálculo de indicadores de resultado que permitirão uma avaliação do grau de satisfação dos objetivos e de obtenção de benefícios para todas as partes interessadas. As práticas de responsabilidade social das empresas não se referem somente as empresas de grande dimensão, mas também as empresas de pequena dimensão. Certamente que nem todas empresas, apresentam recursos, materiais e humanos, que lhes permitem aderirem às práticas de responsabilidade social, para com a comunidade onde atuam.

2.4. Obstáculos à Implementação de Práticas de Responsabilidade Social nas Pequenas e médias empresas

Os principais obstáculos à implementação das práticas de responsabilidade social nas pequenas e médias empresas- PME. Para (Santos, 2006: 47):

- Nunca ter pensado em desenvolver atividades de responsabilidade social: as atividades de RS não podem surgir de forma implícita e mal estruturada porque contribuirá para uma baixa sensibilização ou mesmo desinformação a cerca da RSE;
- A inexistência de relacionamento entre as atividades de RSE desenvolvidas e a estratégia da empresa: o mau tratamento na gestão da RSE e o não empenhamento formal das empresas nos processos das RSE;
- A dificuldade de mensuração do impacto das práticas de responsabilidade social: quanto menor for a reflexão sobre os benefícios gerados nas empresas maiores serão obstáculos à generalização da RSE das PME;
- A falta de recursos financeiros: a responsabilidade social das empresas, é um custo adicional e não uma fonte de investimento. Este pode contribuir para um menor envolvimento das PME neste processo;
- A incapacidade negocial para influenciar as práticas de RS: o facto de os fornecedores não se basearem na aquisição dos seus produtos e serviços em critérios de responsabilidade social desincentiva o envolvimento das PME.

Assim, considero que existem vários obstáculos para a prática das responsabilidades sociais das empresas, como a falta de informação e de coordenação entre as partes interessadas. Assim, as atividades devem ser sempre bem planificadas e coordenadas com todas as partes interessadas, o que implica a necessidade de uma maior participação nos programas de RSE. Por outro lado, a falta de recursos financeiros constitui também um grande obstáculo na implementação de programas de RSE, sabendo-se que as correspondentes atividades tem associados custos adicionais suportados pelas empresas. Finalmente, o envolvimento das empresas nas atividades de RSE poderá proporcionar muitos benefícios para a empresa bem como para a comunidade onde ela atua. A responsabilidade social e ambiental das empresas é assumida como parte integrante das estratégias de desenvolvimento sustentável.

**CAPITULO III- A RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DAS
EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

3.1. A Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas e o Desenvolvimento Sustentável

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social das empresas são de níveis diferentes. O desenvolvimento sustentável é um conceito macro (económico e social), na esfera política. A Responsabilidade social consiste em desenvolver e implementar estratégias globais e mecanismos de gestão e de controlo de riscos (Rodrigues e Duarte, 2012:8).

A dimensão ambiental é um dos três pilares básicos para o processo de desenvolvimento sustentável e tem uma extrema importância na responsabilidade social. Para (Santos, 2005:51), “a interação das atividades empresárias com o ambiente onde operam, foi muitas vezes negligenciada, sempre que os processos de minimização dos impactos ambientais provocados foram classificados no seu todo como um custo e impedimento ao objetivo da obtenção do lucro empresarial. A dimensão ambiental da responsabilidade social das empresas veio precisamente inverter esta tendência na medida em que o desenvolvimento de uma consciência ambiental permite não só a diminuição da produção de resíduos e a emissão de agentes poluentes, mas também a redução dos custos afetos à eliminação de resíduos, aos sistemas de tratamento de poluentes e a poupança de energia.”

A responsabilidade social e ambiental (RSA) das empresas durante muito tempo foi realizada de forma inadequada, porque acarretava custos que dificultavam a sua implementação. Mais tarde, as atividades de RSA passaram a ser aplicadas de forma a gerarem benefícios externos e internos. Devido aos problemas ambientais associados ao crescimento económico das empresas, as comunidades adquiriram uma consciência sobre as questões de degradação ambiental, resultando daí a preocupação em mitigar o problema. A nível externo, os programas de Responsabilidade Social das Empresas, como as boas práticas na poupança de energia contribuem, igualmente, para a aquisição pelas comunidades locais, de uma maior consciencialização ambiental conforme o quadro 2 da pág. 21. A nível interno a incorporação nos seus produtos e serviços dos princípios de desenvolvimento sustentável irá contribuir para que a empresa usufrua de uma maior competitividade e de maior facilidade na realização de novos negócios. Segundo (Santos, 2005:51), uma empresa responsável do ponto de vista ambiental reconhece os efeitos adversos que a sua atividade e ou os seus produtos, serviços implicam sobre o ecossistema, terra, ar e água e assume publicamente a

responsabilidade por tais impactos ambientais, divulgando o seu esforço contínuo e persistente em minimizá-los”.

De acordo com autor as empresas com ações de responsabilidade ambiental têm como propósito a mitigação dos problemas ambientais, através do seu desempenho em questões ambientais.

Segundo (Santos, 2005:53), “As empresas com Responsabilidade Ambiental pretendem utilizar um sistema de seleção de fornecedores com uma configuração diferente da convencional, na medida em que são introduzidas novas variáveis relativas aos padrões mínimos de responsabilidade social e desempenho ambiental.” (...)”Este processo permite delinear a evolução do mercado, dado que, por um lado se pode assumir a exclusão das empresas com práticas ambientais incorretas de certos negócios e, por outro lado, verificar a oportunidade das empresas sensibilizarem os seus fornecedores para uma melhoria no comportamento ambiental.”

Neste contexto, considero que a implementação do novo sistema de seleção das empresas fornecedoras que adotam boas práticas ambientais e que respeitam o meio ambiente em seus processos produtivos pode ser apreciada a partir dos rótulos de alguns produtos, ou embalagens, que incorporam uma dimensão ambiental. Para Timbor (1996), referido por (Campanhol, *et al.*, 2003: 5), “a rotulagem tem vários objetivos, nomeadamente: Em primeiro lugar é uma forma de fornecer informações claras e precisas aos consumidores de modo que possam tomar decisões de compra fundamentais; Em segundo lugar, a melhoria do desempenho ambiental das operações industriais é uma forma de garantir o espaço no mercado; Em terceiro lugar, conferindo os selos aos fabricantes de produtos que não causem danos ao ambiente, e por último encorajando outras empresas a melhorarem os seus produtos para obterem o selo e o resultante aumento de participação no mercado.”

A responsabilidade sócio-ambiental das empresas traduz-se nos impactos positivos que a empresa pode causar à sociedade no sentido de atenuar os efeitos negativos das atividades empresariais sobre o meio ambiente e contribuir para a preservação da qualidade de vida futura no planeta conforme a conceito de responsabilidade social definido pela (CCE, 2011) acima referido na pág.16. De acordo com o livro verde da Comissão Europeia (CE,2001), para promoção de um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, é necessário debater o conceito de Responsabilidade Social incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras e promover parcerias para a sua concretização.

O Desenvolvimento Sustentável coloca um desafio e, simultaneamente, uma oportunidade para as empresas que queiram contribuir com as suas ações de Responsabilidade Social na dimensão ambiental. As empresas deverão seguir um conjunto de princípios e de valores éticos, como também ser transparentes nas suas atividades e na relação com a comunidade, em Portugal o número de empresas que promovem o desenvolvimento sustentável tem aumentado nos últimos anos.

3.1.1. Empresas Nacionais que Promovem o Desenvolvimento Sustentável

Em Portugal existem várias empresas que promovem a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável, que tem contribuído para o bem-estar da presente geração sem comprometer a geração futura. Abaixo é apresentada a lista de empresas que contribuem para o desenvolvimento no âmbito da responsabilidade social e ambiental:

Quadro 3- Algumas empresas portuguesas que promovem o Desenvolvimento Sustentável

Empresas Portuguesas	Empresas Portuguesas
GALP-Energia	Brisa, empresa ligada à infra-estrutura de transporte
CTT, Correios Telégrafos e Telefones	Soja de Portugal,
Sonae. Sierra, (centros comerciais)	Unicer, (bebidas)
BES, Banco Espírito Santo	Vodafone,
BCP, Banco Comercial Português	EDP, Electricidade de Portugal
BP Portuguesa,	REN, Redes Energéticas Nacionais
CGD, Caixa Geral de Depósitos	Lipor, (gestão de resíduos urbanos)
Ferpinta, (tubos de Aço)	Jerónimo Martins, (distribuição a alimentar)
PT, Portugal Telecom,	Cimpor, Cimentos de Portugal
Grupo Portucel-Soporcel, (produção de papel)	Cuf, Companhia União Fabril

Fonte: Autor

Para que em 2050 mil milhões de pessoas vivam bem, respeitando os limites do planeta.” o WBCSD desenvolveu a ação 2020 que vai reunir, em cada país, os esforços das empresas nas dimensões económica, ambiental e social. A ação 2020-apresenta soluções empresariais

para o desenvolvimento sustentável e incluía a promoção da sustentabilidade de Portugal, em articulação com os decisores públicos e os agentes da sociedade civil²¹”.

3.2. O Papel do Estado na Responsabilidade Social das Empresas

O Estado, tem um contributo muito importante nas políticas de desenvolvimento sustentável, facto que se pode verificar na implementação da Estratégia Nacional para Desenvolvimento Sustentável - ENDS e do Plano de Implementação de Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável- PIENDS. Estes documentos surgiram com propósito de constituir uma orientação para as boas práticas ambientalmente sustentáveis. É muito importante o papel do Estado em relação as intervenções de RSE para que este processo ocorra de forma adequada, justa e sustentável. Com base nos documentos acima referidos foi elaborado o Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável _PNDS (2005-2015).

O Estado dispõe de um importante instrumento para o controlo e fiscalização da aplicação do diploma de Responsabilidade Ambiental. Trata-se da Diretiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros, de 21 de Abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais. O regime da responsabilidade ambiental aplica-se a:

- Danos ambientais nos termos definidos na alínea e) do n.º 1 do Artigo. 11.º do diploma;
- Ameaças iminentes desses danos, definidas na alínea b) do n.º 1 do Artigo. 11.º do diploma;

²¹ <http://www.bcsdportugal.org/acao-2020/apresentacao>
Consultado no dia 06 de Setembro 2015

De acordo com a APA²² os instrumentos de responsabilidade ambiental servem para controlar e fiscalizar a aplicação da lei de modo a permitir que haja uma boa qualidade ambiental para a sociedade. A partir do princípio de poluidor-pagador poderá verificar-se que um dado agente polui o ambiente e sendo o caso, esse agente deverá pagar pelos danos causados, tendo em vista a reparação e prevenção dos danos ambientais e a sua futura prevenção.

Segundo (Oliveira, 2008:9), “com a falta de credibilidade e a crise fiscal dos governos, em muitos países, mas acentuadamente na América latina, o papel do Estado tem sido muitas vezes reduzido em quantidade e qualidade na provisão de serviços públicos, inclusive nas áreas sociais, como educação, saúde e assistência social.” Em Portugal, a legislação ambiental é uma das mais exigentes da Europa, mas o grau de incumprimento é significativo (Pinto, 2004: 24). A maioria das leis nesta área é relativamente recente e os custos de implementação são elevados, nomeadamente para suportar financeiramente a reconversão de unidades industriais antigas, altamente poluentes. Como o custo social de encerramento das mesmas é muito elevado, a opção tem sido deixar que continuem a trabalhar, mesmo fora dos padrões legais. O resultado reflete-se no incumprimento sistemático das metas assumidas com a UE no que respeita à emissão gases de estufa, tratamento de poluentes e reciclagem de resíduos sólidos industriais e urbanos.

Contudo, a Responsabilidade Social constitui um instrumento indispensável para se seguir a via do desenvolvimento sustentável (Santos, *et al.*, 2006:39). Para isso a CE e o Governo Nacional têm um papel a desempenhar, nomeadamente, através da promulgação de legislação, divulgação da RSE, implementação de medidas concretas e apoios financeiros.

A promulgação de legislação visa o seguinte:

- A introdução das dimensões de Responsabilidade Social, nas plataformas nacionais e também comunitárias, nomeadamente das dimensões nos documentos de implementação da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e do emprego, como formação profissional, para que de modo formal e estruturado se caminhe no sentido desejado;
- O fomento dos princípios de honestidade e equidade, nas relações entre as empresas e os *stakeholders*, no sentido de haver uma sanção predominantemente social e moral

²² APA-Agencia portuguesa do ambiente

para os prevaricadores, para além de outras de carácter jurisdicional, fortemente valorizadas por todos;

- A emergência e disseminação de novas formas de emprego que levem à flexibilização responsável, garantindo a “segurança na atividade de forma articulada, a todos os cidadãos, bem como o equilíbrio com a vida familiar.

A divulgação da RSE, considerando que as autoridades públicas têm um papel fulcral de encorajamento e na promoção da responsabilidade social. Neste âmbito o Estado deve por si só:

- Construir um exemplo a seguir nas questões de Responsabilidade Social. O Governo para além de um mero facilitador, deve assumir a sua promoção encorajando os sectores económicos de forma transversal, promovendo a transparência e o diálogo entre os *stakeholders* nas questões relacionadas a responsabilidade social das empresas;
- Criar condições institucionais para aumentar a visibilidade da problemática do desenvolvimento sustentável e de RS nos meios de comunicação social, especialmente nos de maior difusão;
- Propor uma discussão mais alargada sobre o tema;

A implementação de medidas concretas, como por exemplo:

- Criar áreas funcionais que liderem e integrem estratégias no domínio da RS;
- Suportar *workshops*, fóruns e estudos que outras organizações possam desenvolver;
- Informar o público a cerca das práticas de RS e identificação de entidades que são líderes na implementação de práticas;
- Disponibilizar incentivos (como taxas, prémios, benefícios fiscais e programas específicos) que encorajem os empresários a adotar práticas de RS;
- Criar meios de incentivar os atores que apresentam boas práticas ou resultados exemplares, na sequência de processos avaliativos realizados por entidades independentes, concretizados através de prémios ou de medidas fiscais de discriminação positiva;
- Investigar a lacuna (efetiva ou percecionada) entre os indicadores de investimento ético e as práticas de RS das organizações;

A concessão de apoios visando o seguinte:

- Suportar financeiramente a realização de auditorias de RS nas PME por organizações independentes acreditadas, apoiando a contratação de consultores para a preparação de auditorias.
- Criar formas funcionais de incentivos ao mecenato e ao voluntariado, nomeadamente de sistemas de compensação formal e informal;
- Promover a I & D na pesquisa de produtos amigos do ambiente e sustentáveis com vista a melhorar a performance das sociedades através da concessão de medidas de discriminação positiva, principalmente em termos fiscais;
- Incentivar a criação e dinamização de um mercado baseados nas bolsas éticas com vista a canalizar investimentos responsáveis e eticamente exigentes.

Fox *et al.*, (2002) citado por (Sano e Sumiya, 2014: 35) apresenta uma posição semelhante nas diferentes formas de atuação que deveriam ser de responsabilidade do governo, conforme ilustra a seguinte tabela:

Tabela 1 - Formas de Atuação do Governo

N	Formas de atuação	Características
01	Mandatário	Elaboração de leis e normas para regularem as ações de RSE.
02	Facilitador	Incentivar atuação das empresas em RSE.
03	Parcerias	Estabelecer parcerias para ampliar as iniciativas em RSE.
04	Reconhecimento	Premiar e reconhecer publicamente as iniciativas em RSE.

Fonte: Sano e Sumiya (2014:35) adaptada a partir de (Fox *et al.*, 2002)

As formas de atuação do Estado são fundamentais para todas as partes interessadas no contributo para o desenvolvimento das comunidades. O Estado tem um papel fundamental na contribuição da responsabilidade social das empresas. Segundo (CCE, 2011: 9) “muitas empresas valorizam a existência de princípios e orientações apoiados pelas autoridades públicas para aferir as suas próprias políticas e desempenho, bem como para promover condições de concorrência mais equitativas.”

As empresas precisam de apoio das autoridades públicas. No entanto, existe uma certa descrença em algumas populações em relação às instituições públicas que são as principais

responsáveis pelo bem-estar das populações. Nesta perspectiva existem medidas ou ações que se esperam da parte do Estado, conforme ilustra a seguinte tabela:

Tabela 2- Ações governamentais de Responsabilidade Social

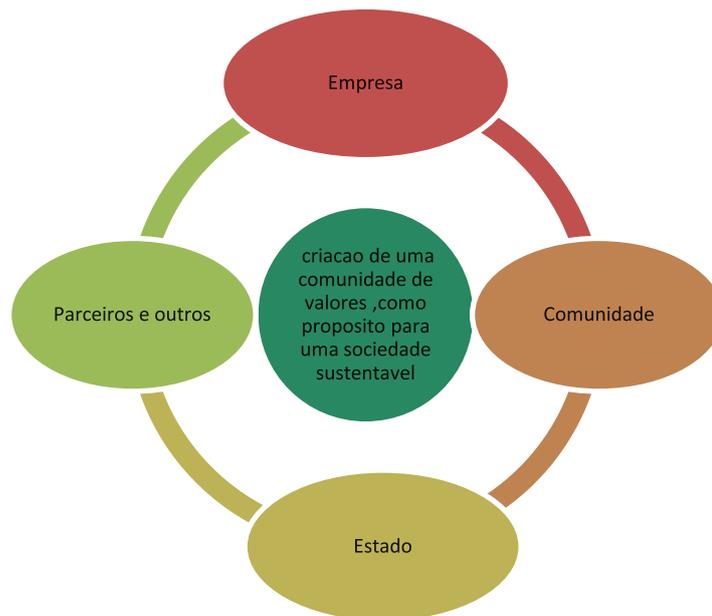
N	Atuação do Governo	Características
02	Legislação sobre RS	Elaboração das Políticas públicas/ e monitoramento da mesma
03	Divulgação da RS	Nos órgãos de comunicação social, desde debates, fóruns etc.
04	Medidas concretas	Taxas e impostos
05	Apoios	Auditorias, pesquisas de investigação, formações
06	Parcerias	Empresas e ONG, nacional e internacional
07	Reconhecimento	Prêmios e reconhecimentos

Fonte: adaptado (Sano e Sumiya, 2014:41)

3.3 Alianças e Parcerias na Responsabilidade Social e Ambiental

A Responsabilidade Social e Ambiental das empresas têm como propósito contribuir para o bem-estar da sociedade e na criação de valores sociais tendentes à construção de uma sociedade sustentável. É por isso necessário envolver todas as partes interessadas num esforço conjunto tendo em vista atingir o objetivo comum a partir das alianças de parcerias conforme ilustra a seguinte figura:

Figura 3 - Responsabilidade Social, uma Aliança para o Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Autora

A Responsabilidade social deverá ser implementada no âmbito de acordos com as partes interessadas.

Em Portugal, após a elaboração da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, até 2015, foi elaborado o Plano de Implementação da Estratégia (PIENDS). Este plano permite reforçar as parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil e deveria ainda indicar as metas e prazos concretos bem como os meios de implementação e indicadores de avaliação. Para (Fischer, 2005:12) as alianças e as parcerias são acordos conjuntos que as empresas estabelecem e mantêm com outras organizações da sociedade e do Estado para realização das suas práticas de atuação social. Estas alianças e parcerias são desenvolvidas no sentido de se alcançarem objetivos comuns como por exemplo o desenvolvimento das atividades de responsabilidade social. Os benefícios das alianças e parcerias desenvolvidas contribuirão também para melhorar a imagem da empresa na sociedade ou nas comunidades envolvidas, a competitividade das empresas e a obtenção de lucros.

As alianças e parcerias constituem meios inovadores de cooperação social na qual as empresas, organizações e indivíduos recorrem mas estão sujeitas a um conjunto de barreiras e dificuldades pelos motivos que se referem a seguir. (Fischer, 2005:15)

1. Há um desequilíbrio de poder entre as organizações aliadas, seja porque as empresas detêm recursos financeiros e competências gerenciais, seja porque as organizações de terceiro sector detêm exclusividade de *know-how* e de acesso às populações atendidas;

2. As alianças com os órgãos da administração pública são rechaçadas, principalmente pelas empresas privadas, devido aos impedimentos burocráticos, à morosidade decisória e à falta de continuidade administrativa que caracterizam o primeiro sector;
3. A falta de planeamento, do conhecimento mútuo das expectativas e a identificação prévia dos resultados esperados contribuem para que as alianças fracassem ou se transformem em uma parceria ineficaz, que é mantida por força de interesses institucionais;
4. A perspetiva de compatibilidade das culturas organizacionais diversas e a carência de tecnologias de gestão adequadas a essas formas inovadoras de organização constituem grandes desafios ao seu desenvolvimento;
5. Dentre as necessidades prioritárias para perfeiçoar o funcionamento das alianças estratégicas intersectoriais, destacam-se os sistemas e indicadores de avaliação e monitoramento. Sua inexistência dificulta o planeamento e a formação das alianças, principalmente no que concerne ao alinhamento das ações empreendidas e à avaliação dos impactos sociais advindos da atuação da aliança.

As alianças e parcerias são estratégias fundamentais para o sucesso dos negócios nacionais e internacionais na troca de experiência de trabalho nos sectores públicos e privados. É importante que não haja dificuldades de parceria, no sentido de comprometer o funcionamento intersectorial. Contudo cabe as empresas apresentarem de forma clara as suas estratégias em relação às práticas de responsabilidade social das empresas necessárias para o estabelecimento de parcerias com as autoridades locais. As empresas deverão dispor de um guião que servirá de orientação das estratégias e políticas da empresa, tendo em consideração fatores determinantes de boas práticas de responsabilidade social das empresas que seguir se referem.

3.4. Fatores Determinantes de Boas Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental das empresas

Segundo (Gago, *et al.*, 2005:144) os seguintes fatores têm como objetivo poder servir de orientação às empresas na organização das suas intervenções sociais:

1. Definição de uma política e estratégia de atuação privilegiando uma gestão correta do capital humano, visando a motivação e participação interessada dos colaboradores, dentro de princípios respeitadores dos direitos humanos e dos normativos internacionalmente aceites em matéria laboral, social e ambiental.

2. Perceção das carências sociais e ambientais do país, das regiões e das comunidades, e forte determinação em contribuir para a sua solução, num papel voluntário e complementar à ação do Estado, mas consciente dos deveres da cidadania empresarial.

3. Disponibilidade de recursos financeiros e humanos, para o envolvimento nas práticas da responsabilidade social, com consciência de que o retorno dos investimentos efetuados, será encontrado somente a médio ou longo prazo.

4. Procura dinâmica de vantagens competitivas como a imagem, credibilidade, notoriedade, motivação interna dos colaboradores, reconhecimento do mercado-consumidores, clientes e fornecedores – com a diferenciação positiva face à concorrência.

5. Sentido de estratégia na orientação empresarial, com envolvimento das partes interessadas, nomeadamente dos colaboradores, utilizando, preferencialmente, as capacidades e competências da empresa na intervenção social, e com a divulgação das ações concretizadas, com fins de transparência organizativa e incentivo a sua multiplicação.

Os factores apresentados acima, permitem compreender os benefícios das Responsabilidade Social das Empresas para todos atores de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, ainda que alguns benefícios sejam a médio ou longo prazo. Um guião de responsabilidade social, que servirá de orientação para as intervenções das estratégias e políticas da empresa e para o seu compromisso com as comunidades locais, o qual deverá ser estabelecido de forma voluntária.

O roteiro é uma ferramenta muito importante para a concretização de uma empresa responsável. (Gago *et al.*, 2005:145) apresentam o seguinte roteiro de intervenção social responsável:

1. Analisar os impactos da atividade da empresa a nível local, nacional e regional, assumindo responsabilmente o compromisso de intervenção social.
2. Criar uma unidade organizacional específica e designar o seu responsável direto, dependendo de um membro da administração, bem como uma rede de interlocutores internos, para efeitos de consulta sobre as alternativas de ação.
3. Estimar as capacidades e recursos disponíveis para realizar, de forma voluntária, uma intervenção social de valor, mas realisticamente realizável.
4. Definir políticas, estratégias e objetivos, refletindo sobre as alternativas possíveis e realizáveis de intervenção social: solidariedade, educação e cultura, etc.
5. Decidir os alvos prioritários no plano de ação social.
6. Definir os critérios de escolha das instituições sociais ou outros beneficiários e dos eventuais parceiros de ação social.
7. Dialogar com as instituições seleccionadas, acordando os princípios, condições e prazos da intervenção, bem como os sistemas de avaliação e controle.
8. Precisar o orçamento financeiro e estimar as contribuições em espécie-matérias, equipamentos, colaboradores voluntários e outras-, identificando os riscos e benefícios esperados para ambas as partes.

9. Planejar, organizar e concretizar a intervenção de apoio social, controlando os respectivos custos diretos e induzidos, procurando a empresa manter-se no limite dos compromissos assumidos.
10. Implementar um sistema de avaliação e controle de progresso e elaborar relatórios de execução, dando toda a transparência ao processo, com o apuramento dos resultados para os beneficiários e para a empresa.
11. Rever o processo com regularidade, ponderando eventuais correções ao plano inicial: análise de opções organizativas e de coordenação interna, ou de coordenação com os beneficiários e eventuais parceiros da empresa.
12. Comunicar interna e externamente as ações sociais concretizadas e os resultados.

CAPÍTULO IV- ESTUDOS DE CASO

4. Estudo de caso

Neste capítulo apresentam-se alguns exemplos de empresas portuguesas, nomeadamente, a Galp energia, CTT-Expresso, Sonae-Sierra, Grupo Portucel – Soporcel e a REN com atuação no domínio da responsabilidade social. Neste contexto serão considerados os seguintes elementos: a missão das empresas, as suas formas de intervenção no âmbito da responsabilidade social, as parcerias entre as empresas e o Estado, assim como o envolvimento de outras partes interessadas. Igualmente, neste capítulo serão apresentados os projetos de desenvolvimento sustentável implementados pelas empresas acima referidas no âmbito da sua responsabilidade social.

4.1 Galp Energia

4.1.1 Descrição da empresa

A GALP Energia²³ foi constituída em 22 de Abril de 1999 com o nome de GALP – Petróleos e Gás de Portugal, tendo como objetivo explorar os negócios do petróleo e do gás natural na sequência da reestruturação do setor energético em Portugal. A Galp Energia agrupou a Petrogal, a única empresa refinadora e a principal distribuidora de produtos petrolíferos em Portugal, e a Gás de Portugal (GDP), empresa importadora, transportadora e distribuidora de gás natural em Portugal. A Galp está presente nos seguintes países: Portugal, Espanha, Brasil, Angola, Malawi, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Suazilândia, Gâmbia, Timor-Leste, Uruguai, Guiné-Equatorial, Marrocos e Namíbia. A missão da Galp é criar valor para os clientes, colaboradores e acionistas, atuando nos mercados energéticos com a ambição, inovação e competitividade, promovendo o respeito pelos princípios da ética e da sustentabilidade.

O principal negócio da Galp é a exploração e produção de petróleo e gás natural, processando a matéria-prima em duas refinarias e distribuindo os produtos refinados. Igualmente, a Galp

²³ <http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/ogrupos/origemhistoria/Paginas/Historia.aspx>

está envolvida na produção de eletricidade e no aprovisionamento, distribuição e venda de gás natural.

4.1.2. Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013

Segundo a Galp Energia os prémios reconhecidos e recebidos, apresentados no relatório de 2013 foram atribuídos pelas empresas privadas de vários países da UE. Foram os seguintes:

Obteve o primeiro lugar de Portugal na categoria de empresa com a melhor relação com os investidores.

- Prémio *Energy Glob* é o mais importante premio ambiental do mundo e a maior plataforma de sustentabilidade para o projeto de melhores práticas.
- Foi considerada pela segunda vez consecutiva, uma das 100 empresas mais sustentáveis do mundo, pela empresa canadiana *Corporate Knights*.

4.1.3. Formas de Atuação Responsável

Desde 2012, a Galp Energia procura integrar nos planos da sua instituição as estratégias de sustentabilidade como fatores determinantes para as boas práticas em ações de RSE, tendo em vista a manutenção da empresa como uma organização responsável na implementação do Código de Ética, da Política de Combate a Corrupção, da Política de Compensação, da Política de Comunicação de Irregularidades, da Política de Direitos humanos, da Política de Energia das Refinarias, da Política da Galp Energia para as Alterações Climáticas, da Política de Gestão da Segurança de Informação, da Política de Investimento na Comunidade, da Política de Privacidade, Política de Qualidade, da Política de Responsabilidade Social (Vide em Anexo A), da Política de Segurança, Saúde e Ambiente, do Regulamento do Gabinete de Apoio ao Concelho Fiscal e da Política de Distribuição de Dividendos. Os instrumentos acima referidos orientam a atuação da Galp Energia permitindo a sua legitimação credível e não só mas também a projeção do carácter ou da dimensão responsável da empresa.

4.1.4. Ações que Promovem o Desenvolvimento Sustentável. Alguns exemplos

Segundo a BCSD Portugal, em 2013, a Galp Energia apresentou alguns projetos que promovem o Desenvolvimento ²⁴Sustentável como por exemplo: O projeto de energias renováveis nas zonas rurais em Moçambique com o objetivo de aumentar a utilização de energias renováveis nas zonas sem acesso a rede elétrica. A Missão Unidos pelo Planeta (UP) é outro projeto implementado pela Galp Energia cuja análise será feita abaixo.

A Missão UP existe desde 2010, enquadrado na estratégia da Galp Energia para promover a eficiência no consumo de energia e a mobilidade sustentável. Com este projeto pretende-se contribuir para a mudança do comportamento das comunidades locais relacionado com a eficiência no consumo de energia. O projeto desenrola-se em três fases, nomeadamente: A primeira fase realiza-se numa escola organizada por grupos de alunos orientados pelos professores sobre temas que promovem o desenvolvimento sustentável, especificamente sobre a eficiência energética e a mobilidade sustentável. Na segunda fase a escola recebe um *kit* de matérias educativas para a assimilação do conceito mobilidade sustentável. E por último, na terceira fase, é feita a seleção dos melhores trabalhos realizados durante o concurso «brigada positiva».

4.1.5 Parcerias entre o Estado e a Galp

No âmbito das parcerias entre o Estado e a Galp, constatamos que o Estado tem dado o seu contributo na área de RS e Desenvolvimento Sustentável, bem como na promoção das instituições envolvidas num projeto realizado a partir da iniciativa do Estado no movimento ECO. Segundo a Galp Energia, este projeto é promovido desde 2007 pelo Ministério da Administração Interna e pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território com o objetivo de mobilizar a Sociedade Civil, congregando vontades políticas, empresariais e sociais na prevenção e combate aos incêndios florestais. Este projeto tem como pressuposto a divulgação de informação sobre incêndios, muitas vezes causados pelo homem, assim como a sua prevenção de modo a proteger a floresta tendo a

²⁴ <http://www.bcsdportugal.org/publicacoes/casos>
Consultado no dia 4 de Junho de 2015

vista a satisfação das futuras gerações. No contexto destas ações as comunidades foram educadas no sentido de evitarem as fogueiras, o lançamento de foguetes assim como de cigarros que podem dar origem aos incêndios. As ações acima referidas inserem-se claramente no âmbito da responsabilidade social, contribuindo para a adoção de boas práticas por parte das comunidades que concorrem para a proteção do ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

O relatório da Galp Energia (2013:60) mostra a existência de parcerias entre a empresa e as instituições de ensino superior públicas nacionais e estrangeiras no sentido de promover a formação do capital humano, através de cursos de mestrado e doutoramento em áreas de exploração e produção, refinação e distribuição, gás e *power*, biocombustíveis, gestão da tecnologia, inovação e sustentabilidade, formação, qualificação e valorização de recursos humanos. Os planos de ação de formação do capital humano, permitirão a existência de recursos humanos com competências adequadas para a mitigação dos problemas ambientais, aumentando, assim, a consciencialização ambiental a longo prazo.

4.1.6 Envolvimento com as Partes Interessadas

A Galp Energia demonstra um envolvimento persistente com as partes interessadas na implementação de programa de apoio à comunidade, através da política de investimento, capacidades e competências nas suas intervenções de RS.

A forma de envolvimento assenta na auscultação das partes interessadas em relação às suas expectativas e preocupações por meio de diálogo e com base num questionário de auscultação das partes interessadas (Ver o Anexo D). Neste contexto a Galp tem procurado prestar serviços que permitam a satisfação dos seus clientes e/ou as partes interessadas, adquirindo a credibilidade e legitimidade perante a sociedade. Durante a primeira fase de intervenção, a Galp Energia, faz a auscultação de cada parte interessada. A auscultação é feita com uma periodicidade bianual, recorrendo a vários meios de comunicação usados pela empresa, nomeadamente, entrevistas presenciais, telefónicas ou ao preenchimento de questionários que constam na plataforma informática. Na segunda fase são analisadas as respostas ou preocupações levantadas durante a fase de auscultação tendo em vista a identificação de intervenções da empresa no âmbito da responsabilidade social com o objetivo de responder as questões levantadas pelas partes interessadas. Segundo (Oliveira,

2008: 98) as empresas buscam a interação com as partes interessadas como uma maneira de tentar sua legitimação perante os clientes, fornecedores, parceiros científicos e universitários, investidores, comunidade local e as entidades governamentais. A Galp energia procura fazer uma auscultação das partes interessadas através de um diálogo, que constituem as seguintes partes. Conforme mostra a fig.4

Figura 4 - Diálogo com as partes interessadas (Galp)



Fonte: Galp-Energia

4.2 CTT-Express

4.2.1 Descrição da Empresa

A CTT-expresso é uma empresa de transporte urgente dos CTT-Courie Express e *Parcels*, tendo iniciado as suas atividades no ano 2000 com a designação *postlog-services* postais e logística. Esta empresa está presente do norte a sul de Portugal e nas regiões autónomas, bem como em Espanha e Moçambique. O seu negócio é baseado na recolha rápida, transporte e distribuição de documentos e mercadorias para vários pontos do país, bem como a nível internacional. Atualmente a sua estratégia de negócio tem apresentado um

crescimento significativo que o permite a sua expansão na península ibérica e na Europa. A empresa em referência tem como missão e visão fornecer um serviço rápido e eficaz de recolha e entrega de documentos e mercadorias tornando-se, assim, uma empresa líder no mercado e garantindo a qualidade.

4.2.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013:

A empresa CTT-Express tem-se destacado entre outras empresas nos últimos anos, com os seguintes prémios e reconhecimentos. (segundo a CTT-Express)

- A CTT-Express recebeu o Prémio *call center* na categoria de melhor qualidade de serviços no atendimento.
- Recebeu o Prémio Nacional de “Mobilidade em Bicicleta” na categoria de empresas atribuído pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta.
- Recebeu o 6º Prémio Operador Postal com o melhor desempenho carbónico a nível mundial (*raking de proficiência carbónica do IPC-International Post Corporation*)

4.2.3 Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos

O CTT-Expresso, como forma de ser responsável nas suas ações apresenta algumas políticas e estratégias de intervenção que permitem agir dentro dos padrões éticos e sociais de uma sociedade na implementação da Política de Mobilidade Urbana, Política de Gestão de Qualidade, Ambiente Segurança de Informação e Segurança de Saúde no Trabalho e, Política de Compras Responsáveis. A empresa tem projetos desenvolvidos em conjunto com outras empresas assim como tem participado em outras iniciativas promovidas pelos seus parceiros.

Os CTT têm um compromisso a nível nacional e internacional relativamente à eficiência energética e redução de gases com efeito de estufa- (GEE), objetivos que devem ser cumpridos até 2020. Neste contexto, a empresa tem o interesse em expandir as frotas de viaturas elétricas. A outra forma responsável da empresa, na promoção da utilização da bicicleta elétrica é uma forma de atuação responsável pois este meio facilita a mobilidade das pessoas evitando a poluição, reduzindo os custos económicos do transporte. Esta iniciativa

prevê a redução de GEE para os próximos anos, facto que contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório de sustentabilidade dos CTT (2013:6) a empresa tem implementado a eficiência energética (EE) em suas atividades, verificando-se já uma redução no consumo do papel impresso em 10%. Igualmente, a empresa aposta em negócios sustentáveis que em 2012 atingiram o valor de 97% de contratos celebrados com critérios ambientais. Para além dos negócios os CTT apostam também na melhoria de qualidade ambiental, o que se pode verificar nos projetos já realizados, demonstrados a seguir.

A empresa implementou um projeto de “preservação do Ambiente e da Biodiversidade”, que tinha como objetivo sensibilizar as crianças e jovens a partir do conceito de RSE e dinamizar a escrita e leitura”. Neste trabalho será analisado o projeto “Menor Consumo, Melhor Ambiente” que decorreu entre 2008 e 2013, cujo seu objetivo principal era a redução do consumo energético e promover a EE.

No âmbito do projeto em alusão foram implementadas quatro Medidas de EE. A primeira medida consistiu na redução da carga na utilização dos processos administrativos. A segunda medida consistiu na colocação de novos equipamentos com menor consumo de energia. A terceira medida consistiu na substituição de lâmpadas por um sistema centralizado de iluminação no edifício. A quarta medida consistiu na substituição de placas translúcidas por uma iluminação natural.

Como resultado destas medidas implementadas, prevê-se a mudança de comportamento no consumo dos equipamentos administrativos e uma grande redução no consumo de energia e sobretudo espera-se a melhoria das condições de qualidade de ar no interior dos edifícios. O projeto dos CTT apresenta duas áreas de intervenção, nomeadamente, a social e ambiental. Os CTT definiram o grupo alvo para a realização deste projeto, resultando o mesmo uma importante contribuição para o desenvolvimento sustentável alicerçado no investimento ao nível do capital humano, particularmente na aprendizagem desde a infância, o que vai, certamente, concorrer para a criação de uma geração mais consciente em relação às questões ambientais.

4.2.4 Parcerias Entre o Estado e os CTT

A empresa CTT no seu relatório de sustentabilidade de 2013 não é apresentada a parceria entre o Estado e os CTT. Contudo se verifica uma parceria no projeto realizados no mesmo não denominado “menor consumo, melhor ambiente”, este projecto foi publicado pela BCSD-Portugal no âmbito dos projectos que promovem o desenvolvimento sustentável.

No âmbito do projeto «Menor Consumo, Melhor Ambiente» já referido acima é evidente o facto de o projeto ter sido desenvolvido em colaboração com outros parceiros como a ADENE-Agência para Energia e o Instituto de Soldadura e Qualidade no apoio a execução do plano, monitoria e avaliação do mesmo.

Segundo o relatório dos (CTT, 2013: 38) existe uma parceria com o plano nacional de leitura através do programa “Onde te Leva a Imaginação?” e Agencia Municipal de Energia e Ambiente no projeto ‘Preservação do Ambiente e da Biodiversidade’.

4.2.5 Envolvimento com as partes interessadas

Para os CTT, o envolvimento de outras partes interessadas é de extrema importância para os negócios e para a sustentabilidade da empresa. Ao envolver-se em ações de responsabilidade social em colaboração com outras entidades interessadas no domínio da sustentabilidade ambiental, a empresa pretende transmitir a confiança e transparência nos seus compromissos com a comunidade, tendo como objetivo último garantir a sustentabilidade dos CTT. O envolvimento com as partes interessadas resultou da abertura de várias formas e canais de comunicação para a auscultação facto que permitiu a realização de um diálogo eficaz. Igualmente, este método promove o diálogo permanente com as partes interessadas, revelando-se mais adequado para a identificação das suas necessidades e expectativas, são as seguintes as principais formas de auscultação que são as seguintes: relatório de contas, relatório de sustentabilidade, campanhas de informação, inquéritos regulares, comunicação interna escrita, revista, *newsletters* temáticas, internet.

4.3 SONAE SIERRA

4.3.1. Descrição da Empresa

A Sonae Sierra, foi fundada em 1989. Trata-se de uma empresa que se dedica a investimento de centros comerciais, gestão e prestação de serviços. A empresa Sonae Sierra está presente em Portugal e em outros países como a Alemanha, Argélia, Azerbaijão, Brasil, China, Colômbia, Espanha, Grécia, Itália, Marrocos, Roménia, Rússia e Turquia.

A Sonae Sierra, tem como visão e missão ser uma empresa especializada em centros comerciais, proporcionando uma experiência única as partes interessadas, em que os seus valores se baseiam no envolvimento dos parceiros em suas atividades.

4.3.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013

A empresa Sonae Sierra tem-se destacado entre outras empresas nos últimos anos, com os seguintes prémios e reconhecimentos:

- A Sonae Sierra tem mais de 140 prémios internacionais entre os quais o prémio de melhor desempenho ambiental e o terceiro prémio na categoria de desenvolvimento sustentável (*Green Business Index Awards*) na Roménia;
- A empresa Sonae Sierra foi reconhecida pelo terceiro ano consecutivo como uma das 100 empresas mais éticas do mundo pela *World's Most Ethical Companies*;
- Reconhecida pela *Hay Group* elegeu a empresa como “A melhor Escola de Líderes em Portugal, pelo 3º ano consecutivo.

4.3.3. Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos

A empresa Sonae Sierra apresenta uma definição clara das suas políticas e estratégias de atuação em áreas sociais e éticas bem como em Política de Responsabilidade Social (Vide em Anexo B), Código de Conduta, Política de Arte Pública e Política de *Procurement* Responsável. Segundo o relatório (Sonae Sierra, 2013:21) a empresa promove periodicamente a realização de diversos fóruns com vista a partilha e adaptação de boas práticas. A empresa Sonae Sierra tem um compromisso no âmbito da responsabilidade social

para com as comunidades em seis pontos prioritários, nomeadamente, a sensibilização ambiental, cultura, educação, saúde e desporto, ciência e inovação e solidariedade social.

O relatório da (Sonae Sierra, 2013:46) evidencia uma gestão eficiente relativamente às questões ambientais no contexto das atividades de responsabilidade social. Por exemplo, a Sonae Sierra implementou a promoção de boas práticas ambientais em 2013, em algumas lojas, em Portugal, como o Continente e *Worten*, através de um *tableau de Bord* ambiental (um sistema de monitorização de indicadores ambientais como água, energia, combustíveis e resíduos). Esta foi uma das medidas de desempenho ambiental sustentável. Em resultado desta iniciativa da Sonae Sierra tem aumentado o número de certificações ambientais segundo a norma internacional ISO14001 (Sonae Sierra, 2013: 46). E procurou minimizar a utilização de sacos de plástico na distribuição ao domicílio e implementou também as boas práticas ambientais nas lojas e centros de fabrico, na utilização de matérias recicláveis, adaptáveis às alterações climáticas, eficiência energética, utilização de fontes renováveis e eficiência no consumo de água.

Em 2012, a empresa Sonae Sierra realizou o projeto denominado “Sensibilizar para Reciclar”, no *shopping* metrópole, no centro comercial de São Paulo, Brasil, tendo como objetivo melhorar a gestão de resíduos no centro comercial, através de uma formação específica destinada aos colaboradores, clientes e prestadores de serviço.

Neste contexto, a empresa apresentou como desafios a mudança de atitude e de comportamento no sentido de consciencializar o fornecedor de limpeza de modo a garantir a monitorização das atividades locais. Assim, após a formação em educação ambiental, foi possível alcançar resultados sustentáveis, permitindo que a comunidade adquirisse uma consciência ambiental em relação a gestão de resíduos.

4.3.4 Parcerias entre o Estado e a Sonae Sierra

O relatório da (Sonae Sierra, 2013: 20) revela a existência de uma parceria entre as instituições públicas de ensino a nível nacional como a PBS-Porto *Business School*, e a empresa. Esta parceria permite, de certa forma que a empresa se beneficie de informação e conhecimentos mais atualizados.

4.3.5 Envolvimento com as Partes Interessadas

O envolvimento com as partes interessadas é um elemento fundamental para o sucesso do negócio da empresa, bem como para garantir a sustentabilidade de cada parte interessada. A empresa Sonae Sierra procura estabelecer o diálogo com as partes interessadas, através de canais de comunicação específicos, como forma de perceber as suas expectativas e necessidades para as diferentes partes em relação a um determinado tema. A empresa procura valorizar e dar o *feedback* aos clientes, colaboradores, investidores, financiadores, fornecedores, lojistas, visitantes, meios de comunicação social, comunidades e autoridades locais.

Segundo o relatório Sonae Sierra de 2013 Os principais meios de comunicação com as partes interessadas são a *website*, fóruns de partilha de conhecimento reuniões, inquéritos de auscultação.

4.4 Grupo Portucel-Soporcel

4.4.1. Descrição da Empresa

A empresa Portucel-Soporcel foi fundada como Grupo Portucel em 2001, dedicando-se à produção e comercialização de papel branqueado de eucalipto com presença em Portugal e Moçambique.

A sua visão é ser um fornecedor global dos mercados mundiais em papéis finos não revestidos, isto é, papéis de escritório e para a indústria gráfica. A missão da empresa é produzir e comercializar o papel de alta qualidade à partir da fibra de eucalipto, obtida de uma floresta cuidada e sustentável, transformada num parque industrial tecnologicamente avançado, maximizando o valor para os clientes e para os acionistas.

4.4.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013

A segundo o relatório da Portucel-Soporcel tem-se destacado entre outras empresas nos últimos anos com os, seguintes prémios e reconhecimentos:

- O grupo Portucel foi reconhecido, como a melhor campanha de comunicação de Responsabilidade Social “Dá a mão à Floresta” pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa.- APCE
- Foi considerada a melhor empresa do ano 2013 na Europa, como uma das empresas com um volume de negócios superiores €150 milhões.

4.4.3 Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos

A Portucel-Soporcel tem procurado agir de forma responsável nas suas atividades, através de política de sustentabilidade da empresa a política dos Sistemas de Gestão, onde são incorporadas as Política de Comunicação, Política de Envolvimento da Comunidade, Política de Recursos Humanos e Valores Sociais, Política para os Fornecedores e a política florestal. A empresa tem o seu compromisso de responsabilidade social a nível do apoio às comunidades onde atua e tem como prioridades das suas intervenções a educação para a sustentabilidade e outros projetos sociais e ambientais. Como também, implementou um plano de gestão de combustíveis florestais, através de mecanismos de controlo e aplicação de herbicidas. Como forma de atuação, realizou alguns projetos com o movimento ECO²⁵ assim como o projeto em parceria com a Escola Nacional de Bombeiros, denominado “Floresta Segura” tendo como objetivo reduzir as queimadas. Igualmente, a Portucel colaborou para edição de um livro intitulado “silvicultura” sobre a gestão dos ecossistemas florestais em 2012, em parceria com a Gulbenkian.

Segundo o relatório (Portucel, 2013: 109) a empresa participou num evento de sustentabilidade em Portugal sobre as melhores práticas empresarias nas vertentes social, económica e ambiental. Estas formas de intervenção voluntária contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais, conforme ilustra a análise do projeto denominado “Dá a mão à Floresta”. A Portucel considera que o desenvolvimento sustentável é um dos

²⁵ Empresas contra fogos (ECO)

pilares fundamentais para o sucesso da empresa. Um dos projetos desenvolvidos no âmbito da responsabilidade social da empresa, denominado “Dá a mão à floresta”, teve início em 2011, por sinal o ano internacional da floresta. O projeto visava a transmissão de boas práticas no domínio da gestão florestal e da proteção ambiental. O grupo alvo do projeto era a camada infanto-juvenil. Tendo estado envolvidas cerca de 1300 crianças, em 2013. Este projeto ocorreu em três fases. A primeira fase do projeto incorpora o jogo da floresta que pertence à tipologia do “jogo da glória” composto por um tabuleiro de chão contendo trinta casas com perguntas e respostas alusivas à floresta e à importância do ciclo de vida sustentável do papel.

Na segunda fase denominada a “árvore dos desejos”, cada criança é convidada a escrever, numa folha, um desejo ou um comportamento correto para a proteção da floresta, sendo todos os desejos colocados na árvore dos desejos em 3D. A terceira e última fase contempla a dança da floresta-com a presença de uma guitarra, sendo que as crianças são convidadas a aprender e a cantar uma música sobre floresta, acompanhada pela respetiva coreografia.

4.4.4. Parcerias entre o Estado e o Grupo Portucel-Soporcel

Segundo o relatório da (Portucel, 2013: 106) mostra qual tem sido o envolvimento das autoridades locais, mas não apresenta a contribuição do Estado em projetos implementados na comunidade nem apresenta projetos em parceria. O que remete a ideia de que há pouca participação do Estado nas ações de responsabilidade social nas comunidades.

O projeto em análise, mostra que a parceria entre o Estado e a Portucel, particularmente no desenvolvimento do projeto “Dá mão à floresta” teve como parceiro os municípios, autarquias locais e o Movimento ECO. Este projeto não ilustra qual foi a contribuição de cada parte, especificamente o papel do Estado na Responsabilidade social.

Em 2012 a Portucel desenvolveu uma parceria com a escola nacional de bombeiros para o projeto “Floresta Segura”, com o objetivo de formar as populações rurais no sentido de saberem agir perante ao fogo.

4.4.5 O Envolvimento com as Partes Interessadas

O grupo Portucel apresentou o envolvimento com as partes interessadas através de uma política de comunicação que o permite realizar a uma boa auscultação das partes interessadas no sentido de responder as expectativas identificadas através de vários canais de comunicação através de reuniões periódicas, inquéritos de satisfação, campanhas publicitárias e etc. (Relatório Portucel, 2013: 31).

4.5 REN

4.5.1 Descrição da Empresa

A empresa Redes Energéticas Nacionais (REN) foi criada em 1994 e se dedica ao fornecimento de eletricidade e gás natural e outros negócios. A REN atua somente em Portugal e com interesses em expandir o seu negócio para Moçambique e Angola. A missão e visão da REN é garantir o fornecimento de eletricidade e gás natural sem interrupções, ao menor custo e garantir a qualidade e segurança.

4.5.2 Prémios e Reconhecimentos nas Áreas Sociais e Ambientais em 2013

A empresa REN, tem-se destacado entre outras empresas nos últimos anos com os, seguintes prémios e reconhecimentos:

- Prémio Stevie de ouro, na categoria de melhor *site* corporativo entre as empresas de energia nos *international Business Awards*.
- Prémio Stevie de Bronze na categoria de melhor relatório de contas nos *international Business Awards*.
- Prémio Regional de melhor empresa que disponibiliza informação sobre as políticas e atividades da empresa no domínio das alterações climáticas, tendo sido reconhecida, pela *Awards International Association for Impact Assessment-IAIA* uma organização que promove as melhores práticas ambientais em 120 países do mundo.

4.5.3 Formas de Atuação Responsável. Alguns exemplos

A Empresa REN atua de forma responsável nas suas ações de responsabilidade social. Para isso, implementou as estratégias de intervenção em políticas, planos, projetos que garantem a sua credibilidade e sucesso, nomeadamente, Código de Conduta, Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, Política de Responsabilidade Social (Vide em Anexo C), política de conhecimentos técnicos e especializados do sector energético, política de gestão de risco, política de envolvimento com as partes interessadas, política de alterações climáticas e consumo de recursos, política de comunicação. E promove a responsabilidade ambiental e a conservação da natureza. A empresa REN tem participado em iniciativas de sensibilização da socialização da sociedade civil como é o caso do Movimento ECO, com o objetivo de promover a responsabilidade social e ambiental na conservação da natureza.

Neste âmbito a REN defende ativamente a floresta e já plantou mais de 420 mil árvores nos últimos anos e tem como meta, nos próximos anos, chegar até 875 mil árvores no ano 2017. Assim, a empresa tem-se empenhado em promover uma intervenção equilibrada no território implementando o princípio indispensável de desenvolvimento sustentável, por sinal um dos pilares fundamentais para o sucesso da empresa na sociedade. Para além dos projetos referidos, segue-se o Projeto “Requalificar Solos com Vista a Biodiversidade” consiste em substituir as espécies florestais de eucalipto ou acácia que são importadas. O projeto teve início entre 2010 e 2012 com o envolvimento de aproximadamente 2000 proprietários, tendo, porém, como meta final abranger mais de 7000 proprietários. O objetivo principal do projeto é a requalificação dos solos com vista a proteger a biodiversidade, convertendo as áreas não produtivas em áreas produtivas.

4.5.4. Parcerias entre o Estado e a REN

A REN tem desenvolvido as suas ações de Responsabilidade Social através diversos projetos como é o caso do projeto denominado “Requalificar os Solos com Vista a Biodiversidade”. Este projeto foi realizado em parceria com diversas entidades locais, nomeadamente, as autarquias. Para as autoridades locais a sua colaboração no projeto foi ao nível do processo de licenciamento. As associações ambientalistas providenciaram o apoio

técnico ao projeto. Em relação aos proprietários a sua colaboração consistiu fundamentalmente na cedência de terrenos.

Conforme o projeto acima referido, mostra o envolvimento das autoridades governamentais e outras entidades locais, ilustrando a colaboração com parceiros no envolvimento com o projeto, porém o papel desempenhado pelo Estado não é referido no relatório da REN em análise.

4.5.5. Envolvimento com as Partes Interessadas

A REN tem como compromisso o envolvimento com as partes interessadas na implementação de ações de responsabilidade social. O método de comunicação usado é a auscultação das partes, implementando a ética que orienta a conduta da empresa. Estes métodos podem incluir questionários, entrevistas presenciais, por telefone ou escrita, feitas de forma periódica, o que permitirá o acompanhamento das atividades realizadas através dos meios de divulgação da empresa.

A REN procura responder às expectativas e preocupações demonstradas especificamente por cada parte interessada, de forma individual ou global, e apresenta uma análise do impacto de cada parte nas suas estratégias de intervenção, como: acionistas, fornecedores, comunidade, colaboradores, entidades oficiais e clientes, (Ver no Anexo D).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permite ilustrar a participação das empresas selecionadas para o estudo de caso no âmbito das responsabilidades sociais e ambientais, como um contributo para o desenvolvimento sustentável, particularmente no domínio da preservação, conservação e gestão dos recursos naturais tendo em vista à proteção do Planeta e uma melhor qualidade ambiental.

A partir das análises realizadas, verifica-se que as empresas têm uma preocupação forte com as questões ambientais e sobretudo com a necessidade de desenvolvimento sustentável, um pilar fundamental para o sucesso das empresas, comunidades locais e outras partes envolvidas.

Este trabalho permite constatar também que as ações de responsabilidade social e ambiental das empresas são reconhecidas e premiadas como exemplares, por entidades privadas a nível nacional e internacional. Entretanto, são igualmente muito importantes os incentivos para as empresas e outros atores com boas práticas de responsabilidade social, concedidos pelas autoridades governamentais. Estes incentivos podem incluir prémios e reconhecimentos no sentido de encorajar os empresários a adotar práticas de Responsabilidade Social.

As empresas procuram implementar as suas ações de forma responsável no quadro de valores éticos. São disso exemplos as empresas Galp Energia, Sonae Sierra e REN, que apresentam várias políticas de sustentabilidade e planos, códigos de conduta e regulamentos, especificamente uma Política de Responsabilidade Social. A intervenção das empresas Galp Energia e a REN de acordo com a análise realizada, inclui, de forma clara e inovador os padrões éticos estabelecidos pela UE e especificamente em Portugal uma empresa responsável. As Outras empresas como a CTT-Expresso e a Portucel-Soporcel, não apresentam uma política específica de responsabilidade social, porém, apresentam uma política de sustentabilidade onde são incorporadas todas as estratégias de sustentabilidade da empresa.

Como formas de atuação que traduzem o seu compromisso para com o desenvolvimento sustentável, as empresas apresentam projetos que contribuem para a consciencialização ambiental da sociedade e, promovem as boas práticas ambientais de hoje e para as gerações futuras.

Os benefícios das práticas de responsabilidade social empresarial para as partes interessadas, como por exemplo para os financiadores, são fundamentais porque refletem transparência nos seus relatórios financeiros, bem como os padrões éticos e de sustentabilidade associados aos seus financiamentos o que contribui para construir uma reputação de confiança e para o seu reconhecimento pelos consumidores. Em Portugal verifica-se atualmente um enorme interesse de algumas PME's, nas práticas de responsabilidade social e ambiental, o que revela que com estas ações pode-se mudar ou influenciar o comportamento humano para uma consciência ambiental sustentável. Outras não desenvolvem ainda essas práticas, por enfrentarem vários obstáculos para a implementação da responsabilidade social e ambiental desde, a falta de informação, dificuldades financeiras ou mesmo dificuldades de parcerias com as outras empresas.

Em relação às parcerias entre o Estado português e as empresas, em Portugal foi possível estabelecê-las em determinados projetos específicos. Neste momento o Estado procura promover a responsabilidade social através do Movimento ECO. Contudo, o contributo das entidades governamentais para as empresas no sentido de valorizar o seu desempenho no processo de desenvolvimento sustentável tem sido reduzido. De acordo com análise realizada às cinco empresas, há pouca participação do Estado na promoção da responsabilidade social, bem como de ações que promovem o desenvolvimento sustentável. Para o cabal desempenho das tarefas se o Estado não tem a capacidade de fazer sozinho, podem e deve procurar meios através de parcerias de forma a garantir a sustentabilidade dos ecossistemas e equilíbrio do planeta, que constituem os objectivos da ENDS, de modo a tornar Portugal um País que promove o desenvolvimento sustentável na Europa.

O envolvimento com as partes interessadas é também muito importante na estratégia de sustentabilidade das empresas. Na análise dos estudos de caso efectuada para as empresas portuguesas, constata-se que a melhor forma de envolvimento das partes interessadas é através da auscultação em diferentes temas e objetivos.

As práticas empresariais de responsabilidade social contribuem também para a mudança de atitudes, comportamentos das partes interessadas. Com a sua postura ética e responsável na preservação e protecção do ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais onde se insere.

Assim, os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável articulam-se entre si, obedecendo objectivos e princípios comuns, os da criação de uma sociedade sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- Ambiente, A. p. o., 2015. *Agencia para o Ambiente*. [Online]
Available at: <http://www.apambiente.pt>
[Acedido em 30 06 2015].
- Ambiente, I. d., 2005 - 2015. *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: s.n.
- Benedicto, S. & al, e., 2008. *A integração de cadeias produtivas com abordagem da manufactura sustentável - ensaio apresentado no XXVII encontro Nacional de Engenharia de produção*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia de Produção.
- Campanhol, E. & al, e., 2003. Rotulagem Ambiental: Barreira ou oportunidade Estratégica?. Volume 23, pp. 1 - 13.
- Cimbalista, S., 2001. Responsabilidade social: Um contributo das empresas. Volume 23, pp. 12 - 18.
- CTT-Express, 2013. *Relatório da CTT-Express do ano 2013*, Lisboa: CTT-Express.
- Dickie, I. B., 2010. *Gestão de Design aplicada: Estratégia de comunicação no contexto da Desenvolvimento Sustentável*. Florianópolis: Universidade de Florianópolis.
- Estevão, J., 2004. *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O papel do Estado*. Lisboa: ISEG - UTL.
- Europeia, C., 2011. *Responsabilidade social das Empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011 -2014* , Bruxelas: s.n.
- Europeias, C. -. C. d. C., 2001. *Livro Verde Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: CCE.
- Fischer, R., 2005. Estado, Mercado e o Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersectoriais. *Revista de Administração*, Volume 40 (1), pp. 5 - 18.
- Francischini, A. e. a., 2005. *Responsabilidade Social das Empresas. A contribuição das Universidades*. São Paulo: Fundação Peiropolis.
- Freire, R. & al, e., 2008. *Responsabilidade Sócio ambiental das Organizações Brasileiras*. Niteroi, Rio de Janeiro, s.n., pp. 1 - 21.
- Gago, C. C. & al, e., 2005. *Portugal, Responsabilidade social das empresas Portuguesas: 25 casos de referência..* Portugal: Associação Industrial Portuguesa.
- Gonzaga, C. M., 2005. *Mrketing verde de produtos florestais: Teoria e Prática*. 31 08.
- KPMG, 2015. *KPMG*. [Online]
Available at: <http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/press->

<releases/paginas/survey-crr.aspx>

[Acedido em 23 06 2015].

Lima, L. & al, e., 2004. *Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de ciências sociais.

Maia, M. d. F. & al, e., 2008. *O papel do Estado no contexto da Responsabilidade Social em Portugal Frente a Globalização Económica*. Tomar, Associação para o Desenvolvimento Regional.

Mamade/, R. P., 2009. *Os desafios do desenvolvimento e o papel das políticas Publicas*. Lisboa: Nelson de Matos.

Monsanto, V., 2012. *O ambiente como factor estratégico de competitividade para as empresas- Caso de estudo aplicado à empresa SAPEC. Agro, SA*. Lisboa: ISCTE .

Morgado, J. B. e. E., 2007. *Guia do Ambiente: Empresas, Competitividade e Desenvolvimento Sustentável*. Portugal: Monitor projectos.

Oliveira, G. B. d., 2002. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Volume 5 (2), pp. 37 - 48.

Oliveira, J. A., 2008. *Empresas na Sociedade. Sustentabilidade Social Responsabilidade Social.*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

Pinto, G., 2004. *Responsabilidade Social das Empresas-Estado de Arte em Portugal*. Lisboa ed. Lisboa: Centro de Formação Profissional para o Comercio e Afins.

Portucel-Soporcel, G., 2013. *Relatório do GRUPO Portucel-Soporcel do ano 2013*, Lisboa: GRUPO Portucel-Soporcel.

Portugal, B., 2013. *Projeto da CTT - Express "Menor consumo, melhor ambiente"*, Lisboa: BCSD Portugal.

Portugal, B., 2013. *Projeto da Galp energia "Missão UP-Unidos pelo planeta"*, Lisboa: BCSD Portugal.

Portugal, B., 2013. *Projeto da REN, "Requalificar solos com vista à biodiversidade"*, Lisboa: BCSD Portugal.

Portugal, B., 2013. *Projeto da Sonae Sierra, "sensibilizar para reciclagem"*, Lisboa: BCSD Portugal.

Rego, A., s.d. 2006. *Gestão ética e socialmente responsável: teoria e prática*. Em: s.l.:s.n.

REN, 2013. *Relatório da REN do ano 2013*, Lisboa: REN.

Rodrigues, J. M. e. D., 2012. *Responsabilidade social e ambiental das empresas*. Lisboa: Escolar.

Rico, E. d. M., 2004. A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. *Revista Perspectiva*, Volume 18, pp. 73 - 82.

Rodrigues, J., 2009. *Corporate Governance: Retomar a confiança perdida*. Lisboa: Escolar.

Rodriguez, V. M., 2005. *Ética e Responsabilidade Social nas Empresas, (org.)*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Sano, L. S. e. H., 2014. Governo e Responsabilidade Social Empresarial: um quadro conceitual.. *Revista Pretexto*, 23 08, Volume 15 (9), pp. 29 - 45.

Santos, C. & al, e., 2012. Gestão Estratégica da Responsabilidade Social e Ambiental Empresarial: operacionalização por meio só sistema de gestão integrado. *REGE*, Volume 19, pp. 535 - 552.

Santos, M. & al, e., 2006. *Responsabilidade Social nas PME*. Lisboa ed. Lisboa: RH.

Santos, M. & al, e., s.d.2005. *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*. Oeiras ed. s.l.:Celta Editora.

Sierra, S., 2013. *Relatório da Sonae Sierra do ano 2013*, Lisboa: Sonae Sierra.

Wahl, P., 2010. *As múltiplas crise e o fracasso da governação global*. São Paulo: Instituto Paulo Freire / Banco do Nordeste.

ANEXOS

ANEXO A - Política de Responsabilidade social da Galp-Energia

A Galp energia apresenta a sua política de responsabilidade social que foi criada em 2012 como forma de garantir valores e credibilidades para os Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores e para a Sociedade em geral, sendo assim contribuindo para o desenvolvimento sustentável através da aplicação diária de boas praticas em suas actividades, contribuindo para uma excelência empresarial

A sua política da Galp Energia empenhar-se-á em:

- Consagrar a Responsabilidade Social como um valor fundamental da Organização, em todas as geografias e realidades em que desenvolve as suas operações, independentemente dos respetivos contextos, desenvolvendo esforços para a promoção ativa do emprego e formação, estimulando a ocupação de postos de trabalho qualificados por parte dos membros das Comunidades locais;
- Assumir a responsabilidade pelo impacte das suas decisões e atividades na Comunidade, na Economia e no Ambiente, estimulando e favorecendo, ao mesmo tempo, o escrutínio levado a cabo pelas Instituições competentes, bem como as consequências daí decorrentes;
- Ser transparente através de uma comunicação clara, precisa, completa e responsável no que diz respeito às políticas e procedimentos que adota, disponibilizando toda a informação fatural, em tempo útil, mediante o recurso às ferramentas disponíveis e diretamente acessíveis às Partes Interessadas;
- Promover um comportamento ético baseado nos Valores da honestidade, equidade e integridade, demonstrando uma preocupação permanente para com as Pessoas, a Economia e o Ambiente;
- Reconhecer o direito das Partes Interessadas a serem ouvidas, estabelecendo uma plataforma de envolvimento que assegure que as suas expectativas são tidas em conta nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de atividades;
- Respeitar o Estado de Direito e desenvolver todos os esforços para que a Organização, como um todo, aja sempre em conformidade com as leis, normas, regulamentos e boas-práticas, nacionais e internacionais, aplicáveis às suas atividades;

- Respeitar e promover os Direitos Humanos, garantindo, sempre que tal esteja ao seu alcance, planos de ação e mecanismos que visem a não cumplicidade e a resolução de não conformidades no que diz respeito à discriminação de grupos vulneráveis, aos direitos civis e políticos e aos direitos económicos, sociais e culturais;
- Respeitar e fazer cumprir os Direitos Fundamentais do Trabalho, identificados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), apoiando a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, recusando qualquer tipo de trabalho forçado ou compulsório, infantil e discriminatório, inclusive no que diz respeito aos seus fornecedores;
- Manter um nível adequado de condições de trabalho e de proteção social dos Colaboradores, promovendo a saúde e a segurança, o desenvolvimento humano e a formação no local de trabalho;
- Implementar práticas operacionais que visem o combate à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno, e incentivando o envolvimento político responsável, a concorrência leal e o respeito pelos direitos de propriedade;
- Promover uma crescente consciencialização e responsabilidade ambiental, junto de todas as Partes Interessadas, adotando uma abordagem preventiva aos riscos ambientais da sua atividade, nomeadamente no que diz respeito à prevenção da poluição, à conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e dos ecossistemas, mantendo o seu empenhamento no desenvolvimento e na consolidação da estratégia para as alterações climáticas;
- Incentivar o desenvolvimento e disseminação de tecnologias ambientalmente sustentáveis, tais como combustíveis e energias alternativas, energias renováveis e, ao mesmo tempo, a eficiência energética e a mobilidade sustentável;
- Promover uma relação reciprocamente frutuosa com os Clientes, adotando as melhores práticas ao nível do marketing justo e responsável, facultando informação factual, imparcial e transparente, que promova o consumo sustentável e a saúde e segurança;
- Criar ferramentas e serviços de suporte, de reclamação, de resolução de conflitos, de proteção de dados e privacidade dos Clientes, disponibilizando, igualmente e sempre que aplicável, o acesso a serviços mínimos e indispensáveis;

- Promover o desenvolvimento das Comunidades onde exerce a sua atividade, através de ações de investimento social e de cariz filantrópico, por meio de donativos monetários, de tempo ou em espécie;
- Implementar um Sistema de Gestão da Responsabilidade Social que estabeleça metas e objetivos sociais, ambientais e económicos, de acordo com a Política definida, que permitam a avaliação do desempenho da Organização e promovam a revisão de objetivos num contexto de melhoria contínua;
- Promover os seus eixos de atuação estratégica: Educação, Segurança & Prevenção Rodoviária, Saúde & Bem-Estar, Ambiente & Eficiência Energética, Cultura & Património Industrial, com recurso, sempre que seja do interesse comum, ao Voluntariado Empresarial, materializado nas atividades da Galp Voluntária;
- Divulgar a presente Política de forma responsável e transparente, junto das Partes Interessadas, comunicando o desempenho do Grupo ao nível da Responsabilidade Corporativa e Social.

ANEXO B - Política de Responsabilidade Social da Sonae Sierra

- A cultura corporativa da Sonae Sierra está diretamente associada aos princípios da Responsabilidade Corporativa.
- Os seus valores fundamentais abrangem a independência política, bem a responsabilidade para com os colaboradores, a comunidade e o ambiente. A nossa política de Responsabilidade Corporativa estabelece compromissos económicos, sociais e ambientais específicos.
- A Sonae Sierra está ciente do inter-relacionamento entre a economia, a sociedade e o ambiente, e acredita que o seu sucesso empresarial a longo prazo depende de um desempenho excecional nestas três áreas. Neste sentido, a empresa reconhece que é necessária uma abordagem ponderada na condução dos negócios, realizável apenas mediante uma gestão prudente do risco e de uma atitude moderna na procura de novas oportunidades.
- O objetivo da Sonae Sierra é estar na linha da frente do setor em matéria de responsabilidade corporativa. A empresa está empenhada em desafiar sistematicamente o *status quo*, de modo a descobrir formas inovadoras e mais sustentáveis de promover e gerir os centros comerciais. Aspira a tornar-se uma organização em constante aprendizagem, avaliando o seu desempenho com base em normas exigentes, a fim de poder melhorar continuamente.
- A empresa pretende estabelecer e manter relações fortes e duradouras com os seus *stakeholders*, honrando sempre os seus compromissos e mantendo a sua reputação de consistência e excelência.
- A Sonae Sierra assume um papel pró-ativo na mudança da sociedade através de campanhas de educação e sensibilização, tirando partido da sua capacidade de comunicação com o público que visita os seus centros comerciais e de lazer. Esta política de Responsabilidade Corporativa mereceu a aprovação do Conselho de Administração e será implementada através da prossecução de metas e ações específicas de RC nas principais áreas de impacto. Esta política é acompanhada por

outras políticas autónomas tanto para a área de Ambiente como para a área de Segurança e Saúde. Todas estas políticas serão documentadas, implementadas, mantidas e comunicadas a todos os colaboradores e *stakeholders*.

Aprovado pelo Conselho de Administração em Janeiro de 2005
Revisto em Janeiro de 2007

ANEXO C - Política de Responsabilidade Social Da REN

- Contribuir para o crescimento da economia, gerindo as actividades do grupo e investindo no sector energético com sentido de responsabilidade e em observância dos mais elevados valores ética empresarial;
- Contribuir para contenção dos custos de energia suportados pelos consumidores e para a diversificação das fontes de energia primária, atuando eficiência e como agente catalisador do desenvolvimento de energias alternativas e de soluções que visem uma utilização mais racional da energia;
- Assegurar a continuidade da actividade do grupo através de uma adequada gestão dos riscos, designadamente dos riscos não financeiros, atuais ou provisórios a médio e a longo prazo;
- Pugnar pelo respeito efectivo dos princípios de Declaração Universal dos direitos do homem, dos principais convenções da organização Internacional do trabalho sobre normas laborais e da iniciativa Global Compact da Nações Unidas;
- Respeitar os direitos humanos e designadamente, a liberdade de afiliação sindical, o direito à negociação colectiva, a eliminação do trabalho infantil e de todas as formas de trabalho forçando, bem como de outras práticas laborais atentatórias da dignidade das pessoas;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, procurando evitar todas as formas de discriminação não relacionada coma aptidão para a execução do trabalho;
- Promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores e colaborar ativamente na conciliação entre as respectivas vidas profissional e pessoal;
- Assegurar uma interação harmoniosa com o meio ambiente, minimizando os impactes ambientais decorrentes das suas actividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a preservação da poluição, tendo em vista a salvaguarda dos direitos das gerações futuras;
- Fomentar e apoiar projectos de investigação e desenvolvimento de interesse para actividade do grupo, promovendo ativamente a inovação de base tecnológica nacional, com incidência favorável, designadamente, na área do ambiente;

- Patrocinar iniciativas das comunidades locais e da sociedade, em geral, numa lógica de apoio efectivo ao desenvolvimento das populações que mais interagem com as infra-estruturas da REN;
- Combater todas as formas de corrupção;
- Adoptar na comunicação, tanto interna como externa, formas de dialogo aberto e construtivo, com transparência e respeito pela verdade;
- Envolver, no respeito pelos princípios e compromissos anteriormente referidos, não apenas todos os fornecedores e prestadores de serviços, não apenas todos os colaboradores e prestadores de serviços que com a REN cooperam nas diferentes actividades e iniciativas.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2007

Conselho de Administração

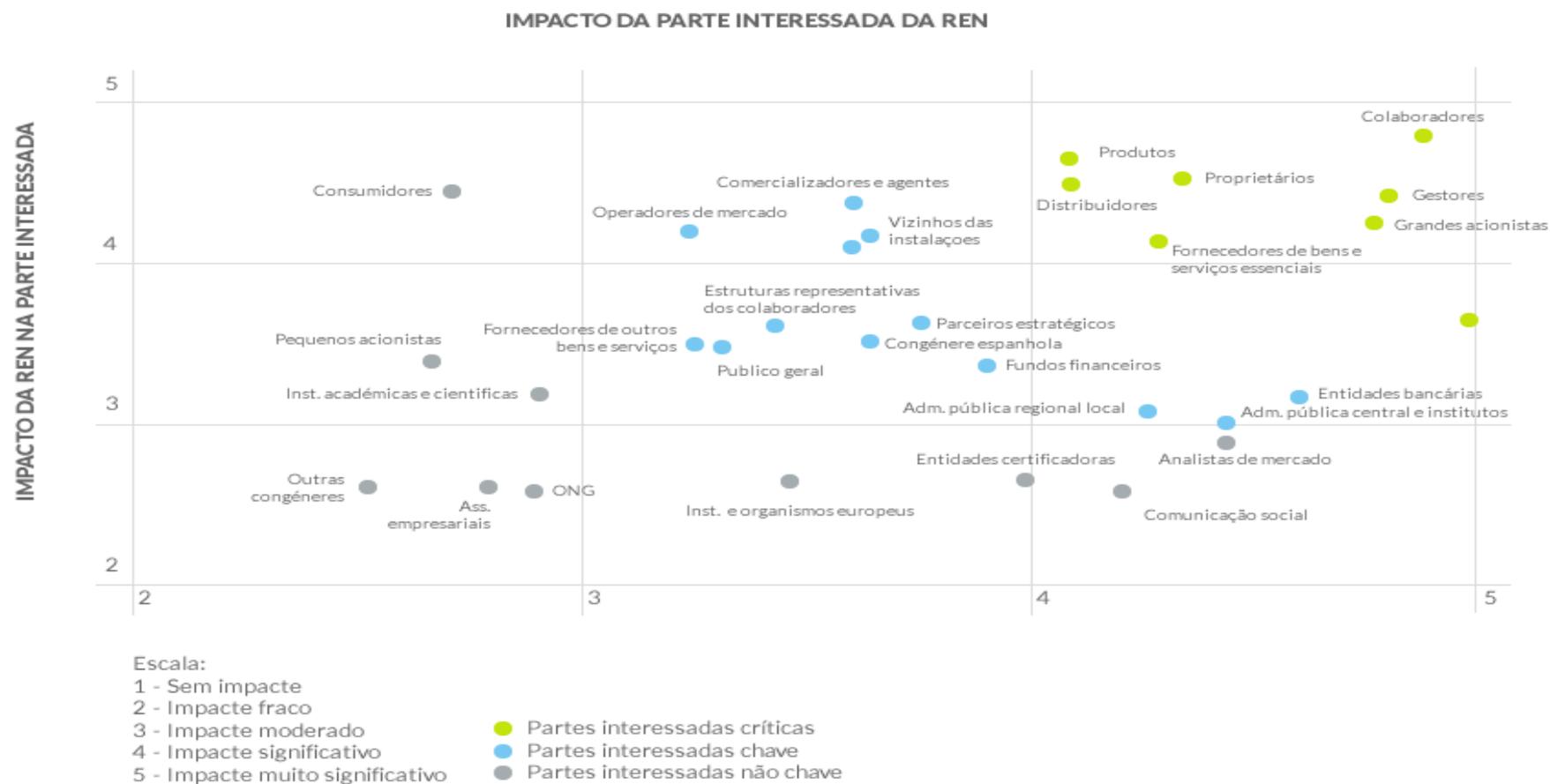
REN

ANEXO D- Estrutura do questionário de auscultação das partes interessadas (Galp)

Seção		Objetivo
A	Sustentabilidade e Estratégia na Galp Energia	Aferir a percepção sobre o desempenho de sustentabilidade da Galp Energia, e a reputação e imagem da organização, bem como uma influência a outra.
B	Temas importantes	Recolher <i>inputs</i> para o processo de definição de temas prioritários (análise de materialidade)
C	Reporte de sustentabilidade	Avaliar o grau de conhecimento que as partes interessadas tem sobre as práticas de sustentabilidade da Galp Energia; o meio utilizado para obter a informação; a relevância atribuída à existência de um relatório integrado, entre outros.
D	Índices, Rankings e Iniciativas	Aferir como parte interessada valoriza a integração e participação da Galp Energia em diversos índices, rankings e iniciativas de sustentabilidade.
E	Relacionamento com a parte interessada	Avaliar o nível de envolvimento da parte interessada com a Galp Energia; avaliar a qualidade desse relacionamento e o esforço necessário

Fonte: Galp Energia

ANEXO E- Impacto das partes interessadas da REN



Fonte: REN